

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

AMBRÓSIO SILVA DE ARAÚJO

**CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E ESPECIALIZAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO
(2000 – 2010)**

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2013

AMBRÓSIO SILVA DE ARAÚJO

**CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E ESPECIALIZAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO
(2000 – 2010)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Economia Regional, da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito à obtenção do título
de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2013

A663c Araújo, Ambrósio Silva de.
Concentração espacial e especialização do mercado de
trabalho formal do Rio Grande do Norte no período 2000-2010/
Ambrósio Silva de Araújo.-- João Pessoa, 2013.
87f. : il.
Orientador: Paulo Amilton Maia Leite Filho
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA
1. Economia. 2. Emprego formal. 3. Microrregião. 4. Setor
econômico. 5. Quociente locacional. 6. Coeficiente de
especialização.

UFPB/BC

CDU: 33(043)

AMBRÓSIO SILVA DE ARAÚJO

**CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E ESPECIALIZAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL DO RIO GRANDE DO NORTE (2000 – 2010)**

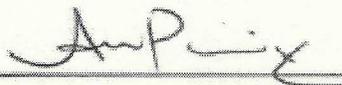
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, como requisito para conclusão do curso de Mestrado em Economia.

Submetida à apreciação da banca examinadora, sendo aprovado em: ____/____/____

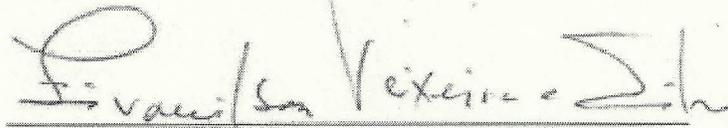
BANCA EXAMINADORA



Professor Doutor Paulo Amilton Maia Leite Filho
Universidade Federal da Paraíba
Orientador



Professor Doutor Adriano Nascimento da Paixão
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno



Professor Doutor Zilvanilson Teixeira e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais: Lino Vicente de Araújo (in memoriam póstuma) – presente! E Terezinha Silva de Araújo, por tudo que fizeram por mim ao longo da vida, gratidão.

Ao meu querido sogro: Pedro Rodrigues Calheiros (in memoriam póstuma) – presente! Por toda maneira digna com que sempre nos tratou e incentivou, gratidão.

À minha querida e amada esposa: Laura Marlene Dantas Calheiros de Araújo; aos meus queridos e amados filhos: Abraão Calheiros de Araújo, Daniel Calheiros de Araújo, Gabriel Calheiros de Araújo (in memoriam póstuma) e Elizabeth Calheiros de Araújo, que muito me incentivaram e muita compreensão tiveram por muitas horas de estudo na realização desse mestrado, gratidão.

Ao meu querido e estimado grupo de pesquisa científica, brilhante: Lino Araújo Filho, Paulo Ricardo Santos de Araújo e André Ricardo Santos de Araújo, que muito me incentivaram na realização desse mestrado, gratidão.

Aos professores em economia, da UFPB – João Pessoa: professor doutor Paulo Amilton Maia Leite Filho, orientador desse trabalho; professor pós-doutor Paulo Aguiar do Monte, pelas sugestões iniciais sobre o tema da dissertação de mestrado; professor doutor Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, pela sugestão de direcionamento do tema dessa dissertação; professor pós-doutor Nelson Rosas Ribeiro, pelo grande incentivo de seguir em frente, mesmo enfrentando grandes adversidades no momento. A eles minha gratidão.

Aos amigos: Alisson Rocha da Silva, professor Belchior de Oliveira Rocha (Reitor do IFRN), professor José Yvan Leite (pró-reitor), professor Jerônimo Pereira (diretor) e André Luís Firmino de Brito Barros (colega de trabalho), que muito me incentivaram na realização e êxito desse mestrado, minha gratidão.

Um agradecimento especial ao amigo Alisson Rocha da Silva, que muito me incentivou para a realização e êxito desse mestrado, nos momentos mais adversos dessa missão, gratidão.

Aos demais professores doutores e pós-doutores, em economia, da UFPB – João Pessoa, que direta e/ou indiretamente contribuíram com seus saberes para realização e êxito desse mestrado, gratidão.

Às secretárias do PPGE: Caroline Rangel Travassos Burity e Risomar de Farias Oliveira, pela maneira digna e paciente com que nos trataram, no desenvolvimento e êxito desse mestrado, gratidão.

A todos aqui envolvidos nesse mestrado, Shalom Adonai!

“Gratidão eterna ao Santíssimo Deus da Glória Eterna de Israel, ao seu Filho amado e unigênito de Deus, o Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo, Jesus Cristo, ao Espírito Santo de Deus, o Consolador, que nos convence do pecado, do juízo e da justiça de Deus, agradecemos eternamente:

Ifelizes são aqueles que não se deixam levar pelos conselhos dos maus, que não seguem o exemplo dos que não querem saber de Deus e que não se juntam com os que zombam de tudo o que é sagrado! 2pelo contrário, o prazer deles está na Lei do Senhor, e nessa Lei eles meditam dia e noite. 3essas pessoas são como árvores que crescem na beira de um riacho; elas dão frutas no tempo certo, e as suas folhas não murcham. Assim também tudo o que essas pessoas fazem dá certo.”

(SALMOS 1:1–3)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a concentração espacial e a especialização econômica no Rio Grande do Norte. A variável de análise foi o número de empregos formais nos anos de 2000 e 2010 obtidos na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, providos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para alcançar tal objetivo foram utilizados instrumentos de análise regional, mais precisamente o quociente locacional e o coeficiente de especialização. A análise dos coeficientes espaciais mostrou forte concentração/localização espacial de algumas atividades econômicas dentro de determinadas microrregiões. Outro aspecto bastante observável foi a grande presença do setor econômico da administração pública no quantitativo de empregos formais de cada microrregião, bem como o crescimento do setor de comércio e serviços, respectivamente, em linha do que ocorreu também no Brasil.

Palavras-chave: Emprego formal, Microrregião, Setor Econômico, Quociente locacional, Coeficiente de especialização.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the spatial concentration of economic specialization in Rio Grande do Norte. The analysis variable was the number of formal jobs in 2000 and 2010 obtained from the Annual Social Information - RAIS, provided by the Ministry of Labor and Employment - MTE. To achieve this objective we have used instruments of regional analysis, more precisely the location quotient and coefficient of specialization. The analysis of the coefficients showed strong spatial concentration/spatial location of some economic activities within certain micro. Another aspect observed was the very strong presence of the economic sector of public administration in quantitative formal jobs each micro as well as the growth of the trade and services, respectively, in line with what also occurred in Brazil.

Keywords: Formal employment, Microregion, Economic Sector, Location quotient, Coefficient of specialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Microrregiões do Estado do Rio Grande do Norte

45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Setores que mais geraram aumento (redução) de empregos (EUA, jan.1990- jun.1995)	23
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IPCA mensal – em percentual – e planos econômicos para o Brasil (1980-1989)	18
Gráfico 2 – Taxa de Desemprego Aberto Brasil - em percentual - (1980–1989)	19
Gráfico 3 – Variação do PIB real brasileiro - em percentual - (1980–1989)	20
Gráfico 4 – Número de trabalhadores com carteira assinada no Brasil (out/2001-dez/2010)	29
Gráfico 5 – Massa salarial ampliada no Brasil (jan/2004-dez/2010)	29
Gráfico 6 – Contribuição relativa dos setores econômicos para o emprego formal, RN, ano 2000.....	46
Gráfico 7 – Participação relativa do emprego formal nas microrregiões em relação ao total de empregados formais, RN, ano 2000	47
Gráfico 8 – Contribuição relativa dos setores econômicos para o emprego formal, RN, ano 2010.....	56
Gráfico 9 – Participação relativa do emprego formal nas microrregiões em relação ao total de empregados formais, RN, ano 2010	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de desemprego - em percentual - diversos países (1990-1999)	22
Tabela 2 – Taxa de desemprego - em percentual - diversos países (2000-2010)	31
Tabela 3 – Empregos formais por microrregião e setor econômico, RN – ano 2000	46
Tabela 4 – Proporção de empregos formais por microrregião em cada setor econômico, RN – ano 2000	48
Tabela 5 – Proporção de empregos formais por setor econômico em relação ao total da microrregião, RN – ano 2000	50
Tabela 6 – Quocientes locacionais por microrregiões e setores econômicos do RN, ano 2000	51
Tabela 7 – Coeficiente de especialização por microrregiões do RN, ano 2000	54
Tabela 8 – Empregos formais por microrregião e setor econômico, RN – ano 2010	55
Tabela 9 – Proporção de empregos formais por microrregião em cada setor econômico, RN – ano 2010	57
Tabela 10 – Municípios de destaque na produção agrícola relacionado com o produto, RN, 2010	58
Tabela 11 – Proporção de empregos formais por setor econômico em relação ao total da microrregião, RN – ano 2010	59
Tabela 12 – Quocientes locacionais por microrregiões e setores econômicos do RN, ano 2010	60
Tabela 13 – Coeficiente de especialização por microrregiões do RN, ano 2010	62
Tabela 14 – Variação absoluta no número de empregados formais nas microrregiões e setores econômicos, no RN (2010 vs 2000)	63
Tabela 15 – Variação percentual no número de empregados formais nas microrregiões e setores econômicos, no RN (2010 vs 2000)	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM PÚBLICA – Administração Pública

BC – Banco Central do Brasil

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEj – Coeficiente de especialização da microrregião *j*

CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas

CONSTR CIVIL – Construção Civil

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América

EXTR MINERAL – Extração Mineral

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IND TRANSF – Indústria de Transformação

INE – Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

QL – Quociente locacional

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RN – Rio Grande do Norte

SERV IND UP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

	Pág.
1 – INTRODUÇÃO.....	13
1.1 – Problema e sua importância	14
1.2 – Objetivos	15
1.2.1 – Objetivo Geral	15
1.2.2 – Objetivos Específicos	15
1.3 – Hipótese	15
1.4 – Estrutura da dissertação	15
2 – EMPREGO NO MUNDO E NO BRASIL.....	17
2.1 – A década de 1990 no Brasil e no Mundo e a herança da “década perdida”	17
2.2 – A primeira década do século XXI (2000-2010) no contexto brasileiro e mundial	26
3 – REVISÃO DA LITERATURA	35
4 – METODOLOGIA	38
4.1 – Fonte de Dados	38
4.2 – Instrumentos de Análise Regional: coeficientes espaciais	39
4.2.1 – Quociente locacional	40
4.2.2 – Coeficiente de especialização	42
5 – RESULTADOS.....	44
5.1 – Cenário do emprego formal no RN: 2000	45
5.1.1 – Quociente locacional ano 2000.....	51
5.1.2 – Coeficiente de especialização ano 2000.....	53
5.2 – Cenário do emprego formal no RN: 2010	54
5.2.1 – Quociente locacional ano 2010	60
5.2.2 – Coeficiente de especialização ano 2010.....	61
5.3 – Emprego formal no Rio Grande do Norte – 2000 vs 2010	62
6 – CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXOS.....	74

1 - INTRODUÇÃO

O trabalho, junto com saúde, educação, alimentação e outros, é considerado¹ um direito social pela Constituição do BRASIL (1988). São direitos do trabalhador rural e urbano todos aqueles elencados no artigo 7º, capítulo II (direitos sociais) da Constituição Brasileira, dentre eles FGTS, seguro desemprego, 13º salário, férias remuneradas, aposentadoria, etc. É muito importante a geração de empregos formais porque este, certamente, terá respeitado os direitos constitucionais do trabalhador, ao passo que o trabalhador informal certamente não gozará da maioria desses direitos.

O emprego formal² pode ser definido como aquele exercido com carteira assinada, sendo que no serviço público, embora não se assine carteira de trabalho, ocorre relação formal de trabalho pela via estatutária. Ter carteira assinada significa que o trabalhador é contratado tendo assinada a sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

A década passada foi de profundas transformações na Economia Brasileira. No período 2000-2010 o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu em todos os anos, com exceção da ligeira recessão em 2009. Acumuladamente, no intervalo 2000-2010, temos uma expansão de 42,62% no PIB e de 26,4% na renda *per capita*, números que, embora não sejam “chineses”, foram capazes de – junto com outras políticas sociais – tirar milhões de brasileiros da pobreza e de gerar milhões de empregos com carteira assinada.

Entretanto, como bem estudado pela economia regional, o desenvolvimento econômico e a geração de trabalho nunca ocorrem de forma igual, especialmente quando tratamos de países com grande população e extensão territorial, descrição perfeita para o Brasil. Por exemplo, enquanto, cumulativamente, os PIBs da região Centro-Oeste e da Norte cresceram aproximadamente 52% na última década, o da Região Sul e Sudeste ficaram na faixa de 30% de expansão acumulada e, no meio termo, a Região Nordeste com aproximadamente 38%.

¹ Artigo 6º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

² Segundo a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) no artigo 3º, considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Na região Nordeste, o estado do Rio Grande do Norte chega ao final da primeira década do século XXI com a sexta maior economia nordestina e o quarto maior PIB *per capita*, embora o PIB potiguar, cumulativamente, tenha crescido menos que o nordestino (33% vs 38%).

A assimetria de resultados pode ter diversas explicações, desde políticas de desenvolvimento governamentais (federal, estaduais e municipais), até o bom momento vivido por determinadas atividades econômicas nas quais algumas regiões podem ser especializadas. Em que pesem quais foram esses fatores, uma consequência importante desse crescimento maior nas regiões menos desenvolvidas do Brasil ao longo da década passada foi a maior desconcentração da riqueza, pois como bem lembra Silva e Monte (2011) apud (PIMENTEL;HADDAD,2005;BARROS et al.,2008), no início dos anos 70 os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 30% da população brasileira, entretanto, juntos produziam mais de 56% da riqueza nacional.

Em vista do que foi anteriormente exposto, este estudo objetiva analisar o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, de modo a entender como se deu o desenvolvimento do emprego formal no Estado dentre as suas oito atividades econômicas e dezenove microrregiões, no período (2000-2010).

Este retrato do estado Potiguar, no período do começo e no final da década passada, é fundamental para que se tenha um bom conhecimento não apenas do processo em si, mas também da dimensão das mudanças no mercado de trabalho formal. Para isso serão utilizadas duas ferramentas de análise da economia regional, mais especificamente, o quociente locacional e o coeficiente de especialização.

1.1 - Problema e sua importância

Diante do desenvolvimento econômico brasileiro no período 2000-2010, torna-se de vital importância estudar como esse processo se deu no Rio Grande do Norte, em especial sob o ponto de vista dos empregos formais. Dada a própria heterogeneidade com que costuma se processar o desenvolvimento regional, também é importante analisar cada microrregião e setor econômico para saber os que se destacaram ao longo desses 10 anos. Mais ainda, toma destaque conhecer o processo de concentração espacial e especialização do emprego formal no estado potiguar.

1.2 – Objetivos

1.2.1 – Objetivo Geral

Analisar a concentração espacial do mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte, em todas as suas microrregiões e seus oito setores econômicos principais, no período 2000-2010.

1.2.2 – Objetivos Específicos

Especificamente, pretende-se:

- i. Calcular o número de empregos com carteira assinada gerado em cada microrregião e setor econômico em 2000 e 2010;
- ii. Calcular os quocientes locacionais e coeficientes de especialização em cada setor econômico para todas as 19 microrregiões do RN em 2000 e 2010;
- iii. Observar se houve grande concentração ou especialização no mercado de trabalho local.

1.3 – Hipótese

Este trabalho parte da hipótese que, no período 2000-2010, o estado do Rio Grande do Norte cresceu economicamente junto com o Brasil e que isto deve ter aumentado o número de trabalhadores com carteira assinada (empregados formais). Adicionalmente, espera-se que, como em todo processo de desenvolvimento econômico regional, isso tenha se dado de maneira distinta dentre os setores e microrregiões do estado, com algumas dessas microrregiões se especializando em determinadas atividades econômicas.

1.4 – Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em seis capítulos, além desta introdução. O capítulo II aborda a conjuntura econômica e social existente na década de noventa e na primeira década do século XXI, de maneira a entender como o cenário econômico daquele período pode ter influenciado no processo de concentração e especialização; no capítulo

III, são discutidos trabalhos que tiveram enfoques análogos a presente dissertação; no capítulo IV, é apresentada a metodologia do trabalho e a descrição dos instrumentos de análise regional aqui utilizados; no capítulo V são apresentados os resultados e análises pertinentes e, no capítulo VI, são feitas as conclusões.

2 – EMPREGO NO MUNDO E NO BRASIL

2.1 – A década de 1990 no Brasil e no Mundo e a herança da “década perdida”

Os anos noventa do século passado apresentaram importantes transformações no Brasil e no mundo. Segundo Averbug (1999), o período se caracterizou por um processo de abertura comercial abrangente, que se iniciou no governo Collor e se estendeu até o governo Fernando Henrique Cardoso. Pode-se dizer que foi a década na qual se consolidou o *neoliberalismo*³, a *globalização*⁴, e continuou o enfraquecimento da política de estado de bem-estar social (“*welfare state*”). Para Camargos (2002, p.1):

A década de 90 foi marcada por profundas transformações tanto no cenário econômico nacional, como no internacional, resultantes de modificações de fundo nas estruturas produtivas de cada país. Observou-se nas relações comerciais entre os países uma maior convergência nas estruturas de demanda, devido à universalização dos padrões de consumo e de oferta de produtos nos diferentes países. Além disso, a derrubada das fronteiras nacionais, a intensificação do comércio e dos investimentos em nível mundial e a necessidade de se estar cada vez mais próximo dos mercados são algumas das características determinantes do cenário internacional.

Também não se pode esquecer a difícil situação vivida e “herdada” da década de 80 pelos países, sobretudo pelos países da periferia⁵ capitalista que enfrentaram a chamada “crise da dívida” (Carneiro, 2002), com flagrantes consequências sobre a conjuntura e política econômica dos anos noventa.

No Brasil, uma dívida pública altíssima e uma inflação descontrolada fez com que os formuladores de política econômica tivessem o desafio óbvio de enfrentar esses dois temas no início dos anos noventa. Mais ainda, tirou qualquer possibilidade de a

³Segundo Gremaud *et al.*, (2006), as características principais do neoliberalismo são a desregulamentação da economia, privatização do setor empresarial do Estado, liberalização dos mercados, redução do déficit público, controle da inflação, corte nas despesas sociais, etc.

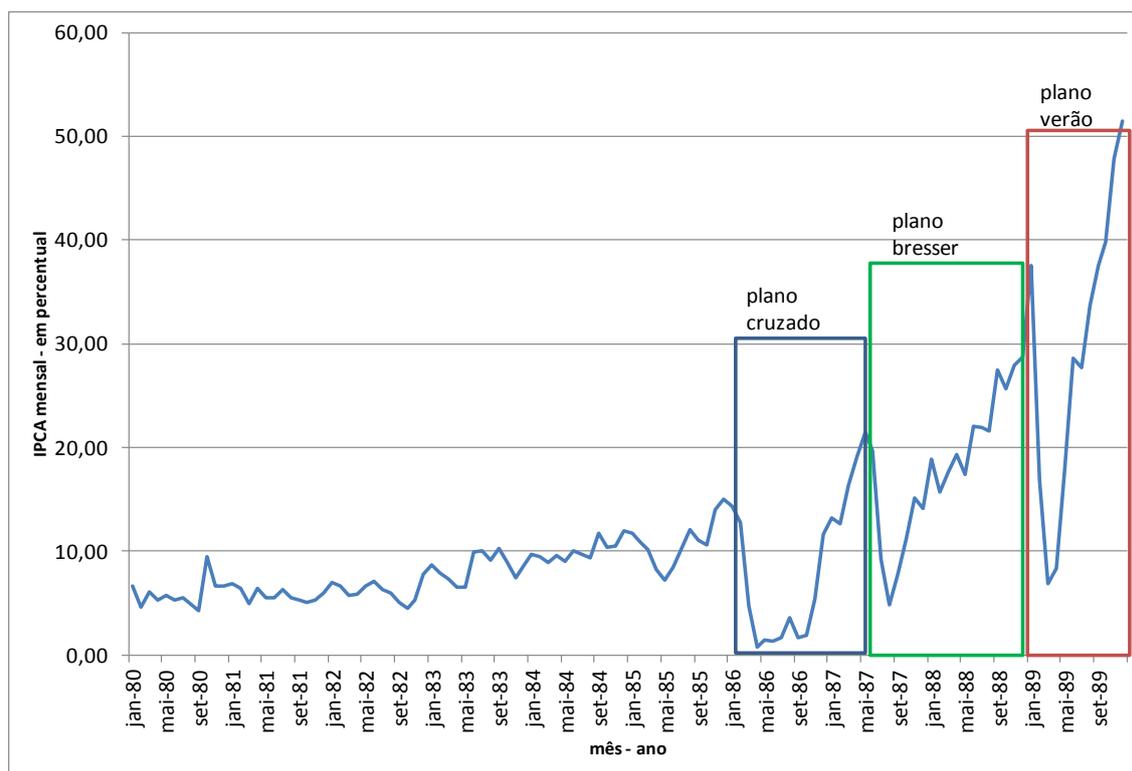
⁴ Deve-se entender a globalização como um processo essencialmente alicerçado, sob o ponto de vista doméstico, na progressiva liberalização financeira e, no plano internacional, na crescente mobilidade dos capitais.

⁵ Carneiro (2002) lembra que essa difícil situação abateu-se especialmente sobre os países latino americanos com implicações menos drásticas para os países asiáticos. Segundo Medeiros (1997), ao contrário do ocorrido na América Latina, os países asiáticos não enfrentaram uma interrupção tão drástica dos fluxos de financiamentos internacionais na chamada “década perdida” que foram os anos 80.

economia doméstica não participar do processo de globalização mundial, eis que foi preciso privatizar diversas empresas estatais para tentar diminuir o déficit público, abrir a economia à concorrência dos produtos importados para tentar conter a inflação doméstica e aumentar a competitividade da indústria nacional, além de aceitar o ingresso de grandes quantidades de recursos externos como forma de manter a taxa de câmbio estável.

Ainda relativamente ao Brasil, o país iniciou a década de 90 com a hiperinflação advinda dos anos 80, em especial a partir dos planos econômicos da segunda metade da década de 80, planos estes de cunho essencialmente heterodoxos e que visavam combater a inflação através da desindexação da economia. O gráfico abaixo deixa claro que todos estes planos falharam em combater a alta acentuada de preços.

Gráfico 1 – IPCA mensal – em percentual – e planos econômicos para o Brasil (1980-1989)

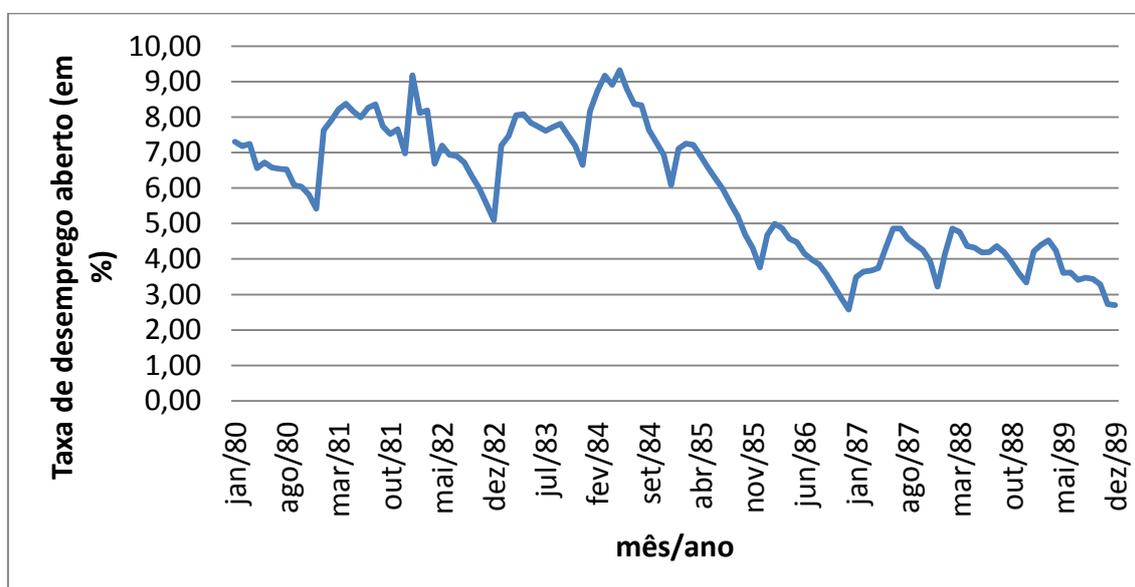


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

O cenário de hiperinflação fez com que a agenda econômica principal para a economia brasileira no início da década de 90 fosse elaborar novos planos⁶ de estabilização visando o retorno da taxa de inflação para patamares abaixo de dois dígitos (menor do que 10%) no caso da inflação anual.

No que diz respeito à ocupação do trabalhador, a década de 90 iniciou-se com uma taxa de desemprego, apurada pelo IBGE, de 3,7%⁷, valor considerado muito baixo e até antagônico dado que a década passada foi tida por alguns como a “década perdida”⁸. Chama atenção a redução no desemprego a partir de 1985, como explicitado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego Aberto Brasil - em percentual - (1980–1989)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

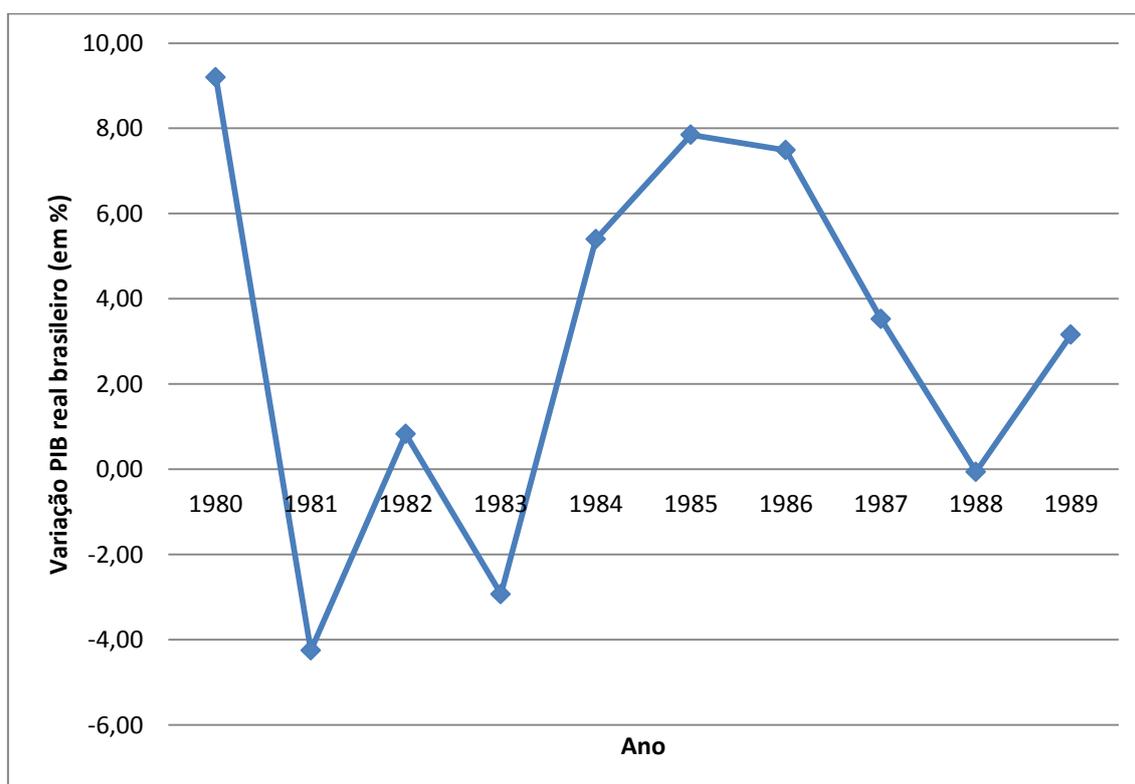
⁶ No período de 1985 a 1994, foram implantados vários planos econômicos, com destaque para: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994), tendo apenas o último obtido um sucesso duradouro no combate à inflação.

⁷ Infelizmente não é possível comparar a taxa de desemprego apurada pelo IBGE na década de 80 com as taxas atuais do final da década de 2010, pois a metodologia de cálculo é distinta. Uma boa discussão sobre este tema é feita em Dupas (1998), trabalho no qual o autor aborda a questão da metodologia do IBGE vs SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) do governo do Estado de São Paulo.

⁸ De fato, a década de 80 pode ser considerada perdida muito mais sob a ótica do desenvolvimento econômico-social do que, propriamente, do crescimento da economia. A elevada inflação teve forte implicação sobre a distribuição de renda, tendo o índice de Gini – indicador muito utilizado para medir a concentração de renda – saído de 0,584 em 1980 para 0,636 em 1989 (quanto mais próximo de um, mais concentrada está a renda do país). Isso já era esperado pela economia, eis que a inflação alta sempre prejudica mais a aqueles com menos renda. Convém lembrar também que as políticas de transferências de renda atuais (Bolsa Família, por exemplo) sequer existiam à época.

Mesmo os anos 80 sendo considerado difícil para o país, o crescimento do PIB brasileiro para 1981-1989 foi, em média, 2,5% ao ano, algo próximo à taxa de crescimento da população para aquele período (Carneiro, 2002). Na verdade, houve uma variação grande no comportamento da riqueza interna gerada pelo país, com três (dos dez anos) apresentando recessão, surgindo a analogia com o “vão da galinha”, termo este usado pelos economistas para se referir as constantes acelerações e desacelerações (ou mesmo recessões) observadas no PIB durante a década de oitenta.

Gráfico 3 – Variação do PIB real brasileiro - em percentual - (1980–1989)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Analisando o cenário internacional, o processo de globalização na década de noventa agiu sob três prismas principais: grau de liberdade de movimento dos capitais como elemento central na definição de um sistema monetário-financeiro internacional; regime cambial adotado (fixo ou flexível); autonomia da política econômica doméstica. Como bem lembrado por Carneiro (2002, p.243):

A continuidade dos fluxos de capitais nos anos 90, apresenta, todavia, dois aspectos a serem destacados, o mais relevante sendo, sem dúvida, a incorporação ou reintegração dos países ditos emergentes aos mercados de capitais. O segundo aspecto é a ocorrência de crises –

México, Ásia, Rússia, América Latina – e a possibilidade de sua generalização em uma crise global, contaminando inclusive os países centrais.

Isso implicou aos países da periferia capitalista abrir mão, na década de 90, de uma boa parte da autonomia de suas políticas econômicas domésticas, sobretudo na determinação da taxa de juros interna, sendo preciso focar-se na estabilização de preços e na atração de investimentos estrangeiros como indutores do desenvolvimento econômico.

Na prática, isso significou que os países periféricos deveriam manter taxas de juros domésticas bem acima das internacionais como forma de atrair capitais para ajudar a manter estabilizada a taxa de câmbio, pois o câmbio foi, junto com a política fiscal e a política monetária, uma das três principais âncoras de preços nos planos de estabilização destes países, inclusive no plano real brasileiro. Especificamente no que tange à âncora fiscal, esta ficou muito mais estabelecida no marco teórico do plano de estabilização do que na implementação prática, eis que as altas taxas de juros aliadas aos gastos públicos fizeram com que o país tivesse suas contas públicas fortemente deterioradas na década de 1990.

O impacto sobre os países de um ambiente econômico com mudanças tão profundas, escolhendo a taxa de desemprego como variável de análise, é exposto na tabela 1.

Resumidamente, chama atenção a taxa brasileira que começou a década em 3,7% e terminou em 9,6% (quase triplicou), além da taxa argentina que iniciou a década já em um patamar alto e terminou acima de dois dígitos, quase dobrando no período.

Outro fato notável foi o excelente quadro do mercado de trabalho americano que iniciou a década com 5,6% e terminou em 4,2%, praticamente em pleno emprego. A economia japonesa, em que pese a elevação da taxa, fechou a década com um nível de desemprego “confortável”. O México, possivelmente por ser uma economia muito ligada à americana também conseguiu promover uma melhora no seu mercado de trabalho durante os anos 90. Os “tigres asiáticos”⁹ tiveram um comportamento ligeiramente diferente entre si, com a Coreia do Sul apresentando alta no desemprego ao passo que a Malásia conseguiu reduzir o percentual de desempregados.

⁹ Os países que compõem esse grupo de países são, originalmente, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, vindo depois as Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia a serem também chamados de “tigres asiáticos” ou “novos tigres asiáticos”.

Tabela 1 – Taxa de desemprego* - em percentual - diversos países (1990-1999)

País\Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alemanha	ND	5,6	6,6	7,9	8,4	8,1	8,9	9,8	9,2	8,4
Argentina	7,3	5,8	6,7	10,1	12,1	18,8	17,2	14,9	12,8	14,1
Austrália	6,9	9,6	10,8	10,9	9,7	8,5	8,5	8,5	7,7	6,9
Brasil	3,7	4,8	6,4	6	5,1	6	6,8	7,7	8,9	9,6
Canadá	8,1	10,3	11,2	11,4	10,4	9,5	9,6	9,1	8,3	7,6
Coréia do Sul	2,5	2,4	2,5	2,9	2,5	2,1	2	2,6	7	6,3
Espanha	16	16,1	18,1	22,4	23,9	22,7	22	20,6	18,6	15,6
Estados Unidos	5,6	6,8	7,5	6,9	6,1	5,6	5,4	4,9	4,5	4,2
Filipinas	8,1	9	8,6	8,9	8,4	8,4	7,4	7,9	9,4	9,4
França	9,4	9,1	10,2	11,3	12,6	11,8	12,4	12,6	12,1	12
Itália	9,8	10,1	9,3	10,2	11,1	11,7	11,9	12	12,1	11,7
Japão	2,1	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,4	3,4	4,1	4,7
Malásia	4,5	ND	3,7	4,1	ND	3,1	2,5	2,4	3,2	3,4
México	ND	3	3,1	3,2	4,2	6,9	5,2	4,1	3,6	2,5
Noruega	5,3	5,4	5,9	6	5,3	4,9	4,8	3,9	3,2	3,2
Portugal	4,7	4,3	4,1	5,5	6,9	7,2	7,3	6,9	4,9	4,4
Reino Unido	6,8	8,4	9,7	10,3	9,6	8,6	8,1	7	6,1	5,9
Singapura	ND	1,9	2,7	2,7	2,6	2,7	3	2	2,7	4,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial e IBGE.

*ND=Não Disponível

Certamente, boa parte da explicação dos desempenhos distintos na taxa de desemprego dos países da tabela 1, passa pela maneira como os mesmos foram beneficiados – ou não – pelas mudanças em curso no período. A aceleração da chamada “terceira revolução industrial” (a era da informação) na década de 90, criando novos negócios que em poucos anos atingiram bilhões de dólares em valor de mercado e em receitas, também há de ter contribuído para o sucesso de determinados países, especialmente os que estavam como pioneiros dessa revolução, com total destaque para os Estados Unidos.

Na opinião de Araújo (1999), essas mudanças fizeram com que emergissem novos setores dinâmicos na economia mundial, como os de informática, telecomunicações, robótica, produção de novos materiais, etc. De fato, o quadro 1, já dá sinais dos novos setores que se evidenciaram na criação de empregos, nos quais se destacam a indústria de software, o comércio e os serviços de uma maneira geral.

Diante das transformações observadas, pode-se raciocinar, então, que na década de 90 o mundo ficou dividido entre os países desenvolvidos, exportadores de produtos de alta tecnologia e valor agregado, bem como fortes investidores em outros países; no “meio termo” os países receptores dos investimentos dos países mais ricos e desenvolvidos, notavelmente a América Latina e os “Tigres Asiáticos” e, na periferia os

países que por não possuírem atratividade ficaram esquecidos, tendo as nações pobres em recursos minerais da África e Ásia como típicos representantes.

Adicionalmente à “era da informação”, a última década do século XX também apresentou a exacerbação da chamada financeirização da riqueza, sendo esta entendida como a crescente possibilidade exercitada pelos agentes econômicos de ampliar seu patrimônio e valorizar seu capital na esfera financeira da economia (Araújo,1999).

Quadro 1 – Setores que mais geraram aumento (redução) de empregos (EUA, jan.1990- jun.1995)

<i>Os que mais empregaram</i>		<i>Os que mais demitiram</i>	
Agências de serviços temporários	899.000	Aviação	-251.000
Enfermagem, cuidados e saúde pessoal	786.000	Bancos e Instituições de poupança	-247.000
Restaurantes e bares	738.000	Roupas femininas e lojas	-141.000
Governos locais e estaduais	587.000	Equip. de busca e navegação	-128.000
Hospitais privados	345.000	Computação (<i>hardware</i>)	-116.000
Recreação	344.999	Mísseis e veículos espaciais	-90.000
Consultórios médicos	290.000	Construção residencial	-60.000
Computação (<i>software</i>)	255.000	Estradas de ferro	-51.000
Serviços de entrega	222.000	Atacadistas de máquinas	-48.000
Serviços de apoio a negócios	204.000	Componentes eletrônicos	-47.000

Fonte: Dupas (1998, p.121) *apud* Fortune/Nuala Beck & Associates.

Quanto aos impactos de todo o ambiente político econômico sobre o Brasil, Gremaud *et al.*, (2006,p.471) fazem uma síntese sobre a década de 90, dizendo:

Apesar do sucesso alcançado nestes últimos anos, no que se refere à estabilização, outros problemas permaneceram e alguns até se agravaram. A crença de que com a estabilização o país iria retomar uma trajetória estável de crescimento econômico não se verificou. O comportamento do produto tem-se mostrado extremamente oscilante no período recente. O sacrifício do crescimento na estratégia de estabilização provocou um aumento significativo do desemprego no país. As contas externas deterioraram-se ampliando a vulnerabilidade externa da economia brasileira. O déficit público não foi corrigido, e a dívida pública assumiu uma trajetória ascendente. Assim, apesar da estabilização, uma série de dúvidas permanece na economia brasileira.

De fato, como visto na tabela 1, o desemprego no Brasil teve uma tendência de alta durante toda a década de 1990, iniciando 1990 em 3,7% e chegando a 1999 - último dado disponível para aquela década - em 9,6%. Esse aumento relativo de quase três vezes mostrou bem como os anos noventa foram desafiadores aos trabalhadores, pois, em que pese o cenário de preços extremamente mais favorável comparado aos anos 80, o baixo crescimento aliado às mudanças estruturais, achatou salários e aumentou a quantidade de pessoas sem trabalho¹⁰. O DIEESE (2012, p.9), em tom bastante crítico, resumiu o mercado de trabalho na última década do século passado da seguinte forma:

A última década do século XX foi marcada, no Brasil, pela desestruturação do mercado de trabalho. Diferentes iniciativas, públicas e privadas, concorreram para este fim. O período caracterizou-se pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca antes vistos no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho (autônomos que trabalham para o público, assalariamento sem carteira, emprego doméstico etc.). Ao mesmo tempo, a década de 1990 foi marcada pela introdução de uma série de mecanismos de flexibilização da relação trabalhista (contratos de prestação de serviços, contratos por tempo determinado etc.), pela flexibilização dos rendimentos, especialmente através de mecanismos de remuneração variável, e pela redução dos rendimentos do trabalho em termos reais. A desestruturação decorreu de uma série de razões. Os motivos que mais se destacam são: baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público.

Prossegue o DIEESE (2012, p.10):

A piora dos indicadores do mercado de trabalho, nos anos 1990, resultou do interesse de estabelecer uma política de redução dos custos salariais para as empresas, por meio da construção de um ideário que preconizava a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho como forma de se atingir um nível de emprego mais elevado. Naquele período, a crescente vulnerabilidade dos postos de trabalho criados tem relação direta com o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com taxa média de 1,3% na década. No ano 2000, a renda per capita havia crescido menos de 10% na comparação com 1990. O lento crescimento da economia significou queda da renda do trabalho, estagnação do mercado

¹⁰ Nas palavras de Araújo (1999), havia 10 milhões de desempregados urbanos e 12 milhões de trabalhadores em condições precárias em meados do final da década de 90.

consumidor e taxas crescentes de desemprego durante a maior parte da década de 1990.

Em um trabalho que analisa a concentração e a especialização regional, é importante ver como e em qual sentido esse processo evoluiu nos anos noventa.

Primeiramente, é primordial saber que o Brasil ao longo da sua história passou por uma grande concentração da sua economia em torno da Região Sudeste, mais precisamente, em torno do Estado de São Paulo, desde o século XIX até a década de 70 do século XX, sendo esse processo chamado por Diniz e Lemos (1986) de um modelo de integração nacional com especialização regional.

Fochezatto (2010), ao analisar a questão da concentração na década de 70 e 80, expõe o início do período de desconcentração espacial, processo esse catalisado por políticas públicas de incentivos fiscais, de investimentos na produção e na infraestrutura. Ainda segundo Fochezatto (2010, p.161-162) *apud* Perez (1996):

A partir da década de 80, a economia brasileira iniciou um intenso processo de reestruturação produtiva, decorrente da difusão de novas tecnologias de produção baseadas na microeletrônica (...) o período de substituição de importações caracterizou-se por um padrão tecnológico baseado na centralização dos comandos e na massificação da produção, enquanto o período atual se caracteriza por um conjunto de tecnologias flexíveis, que apontam a diversidade e a descentralização. A difusão das novas tecnologias (...) provocou mudanças na estrutura produtiva dos países e regiões, aumentando o leque de segmentos produtivos principalmente no Setor Terciário, ampliando significativamente a participação deste na economia.

Realmente, já em meados da década de 90, inicia-se um processo de expansão no setor de serviços, não apenas sob o ponto de vista da participação no PIB total do país, mas também, constroem-se os “alicerces” que tornarão o setor terciário o mais destacado na criação de empregos formais e de riqueza na primeira década do século XXI.

Araújo (1999) informa que no período de 1990-1999 pode ter havido, segundo estudos citados pela autora, uma interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção de regiões menos desenvolvidas. Saboia (2000) chama atenção para o movimento de interiorização¹¹ do emprego industrial no período 1989-

¹¹ Aqui é importante ressaltar, mais uma vez, as políticas de subsídios governamentais. Por exemplo, frequentemente o deslocamento de uma indústria de uma capital para uma cidade fora da capital (e muitas

1997, lapso de tempo no qual a quantidade de empregos industriais concentrados nas capitais reduziu-se de 52,8% para 45,7%.

Outro fato a ser notado é que São Paulo, mesmo continuando a perder participação em relação ao PIB industrial nacional, começa a concentrar o comando financeiro do Brasil, aproveitando-se bem da abertura econômica e da conta de capitais praticada pela política econômica brasileira dos anos 90.

No que tange à Região Nordeste, o fato de a mesma ser especializada na produção de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis fez com que a região sofresse¹² mais com a concorrência de produtos importados durante a abertura econômica do começo da década de 90.

Ainda no Nordeste, Araújo *apud* Guimarães Neto (1996) chamou atenção para o fato de, naquela época, mais da metade dos investimentos previstos para se efetivarem na região até o ano 2000 seriam direcionados para o Estado da Bahia, e isso antes da montadora de veículos Ford ter decidido se instalar naquele Estado. Isso certamente deve ter contribuído para uma maior heterogeneidade intra-regional, ou seja, mesmo que possa ter havido alguma desconcentração da riqueza em termos inter-regionais, quando se analisa sob o ponto de vista intra-região, pode ter existido um aumento da concentração da riqueza e da produção na década de 90.

2.2 – A primeira década do século XXI (2000-2010) no contexto brasileiro e mundial

O período 2000 a 2010 foi de grande importância para o mercado de trabalho brasileiro e à questão da concentração espacial e especialização da economia. O pessimismo dos anos 90, com aumento da precarização das relações de emprego e da informalidade, deu lugar a um otimismo para os trabalhadores, especialmente a partir de 2004 até o final da década, no que o DIEESE (2012) chamou de “década da formalização do mercado de trabalho”.

vezes ainda dentro da região metropolitana) implica em uma boa redução nas taxas de juros dos empréstimos fornecidos por bancos oficiais.

¹² Segundo Lima (1998), a participação do Nordeste em relação às exportações totais do Brasil passou de 17% em 1975 para 7,3% em 1998.

A boa média de crescimento do PIB, 3,6% ao ano no período 2001-2010, e da renda per capita média - 2,4% ao ano - acabaram, como **não poderia ser diferente**¹³, impulsionando a criação de empregos com carteira assinada, ou seja, empregos formais.

Apenas em 2009 houve uma recessão econômica, refletindo a maior crise financeira mundial das últimas décadas, embora esse “pequeno” encolhimento da economia (variação do PIB de -0,33%) não tenha feito com que o saldo da geração de emprego fosse negativo, tendo sido gerados, em 2009, aproximadamente um milhão de empregos com carteira assinada.

Esse bom número no emprego pode ser creditado à agilidade do governo brasileiro em tomar medidas de política econômica objetivando contrabalancear esse cenário negativo, dentre as quais se destacam, as isenções de impostos federais sobre produtos industrializados, a elevação de empréstimos e financiamentos às pessoas e às empresas, e os pacotes habitacionais.

Serrano e Summa (2011) acreditavam que, em que pese o tripé¹⁴ da política econômica permanecer o mesmo desde 1999, o sucesso da economia brasileira em reduzir a pobreza e a concentração de riqueza, melhorar o cenário inflacionário e obter taxas de crescimento do PIB mais satisfatórias, acentuou-se na segunda metade da década, especialmente por melhoras nas condições externas a partir de 2003 e algumas mudanças na orientação da política econômica doméstica desde 2005.

O tripé econômico, vigente na primeira década do século XXI, começou ainda no final da década anterior, quando o Brasil passou a adotar o regime de câmbio flutuante (política cambial), as metas de superávit primário (política fiscal) e as metas de inflação (política monetária).

A desvalorização cambial observada desde meados de 1999 que perdurou até fins de 2002 acabou aumentando a competitividade da economia brasileira e, junto com o longo ciclo de alta nos preços das commodities produzidas e exportadas pelo Brasil, bem como mais um ciclo de ampliação da liquidez financeira mundial, teve forte impacto expansionista no PIB.

¹³ Dupas (1998) faz uma breve explanação sobre a ligação entre crescimento econômico e geração de empregos. Blanchard (2007) lembra que a relação entre o crescimento do produto e a mudança na taxa de desemprego é conhecida como lei de Okun.

¹⁴ Esse tripé era o câmbio flutuante (embora a flutuação fosse “suja”), metas altas de superávit primário e política de metas explícitas de inflação.

O grande ingresso de recursos externos e a liquidez mundial fez com que o país atingisse um nível de reservas internacionais de US\$240 bilhões ao final de 2009, recursos estes importantes para atravessar a crise financeira internacional do biênio 2008-2009.

Outro fato extremamente positivo foi o crescimento do mercado interno¹⁵ como um dos principais elementos impulsionadores do PIB ao longo da década.

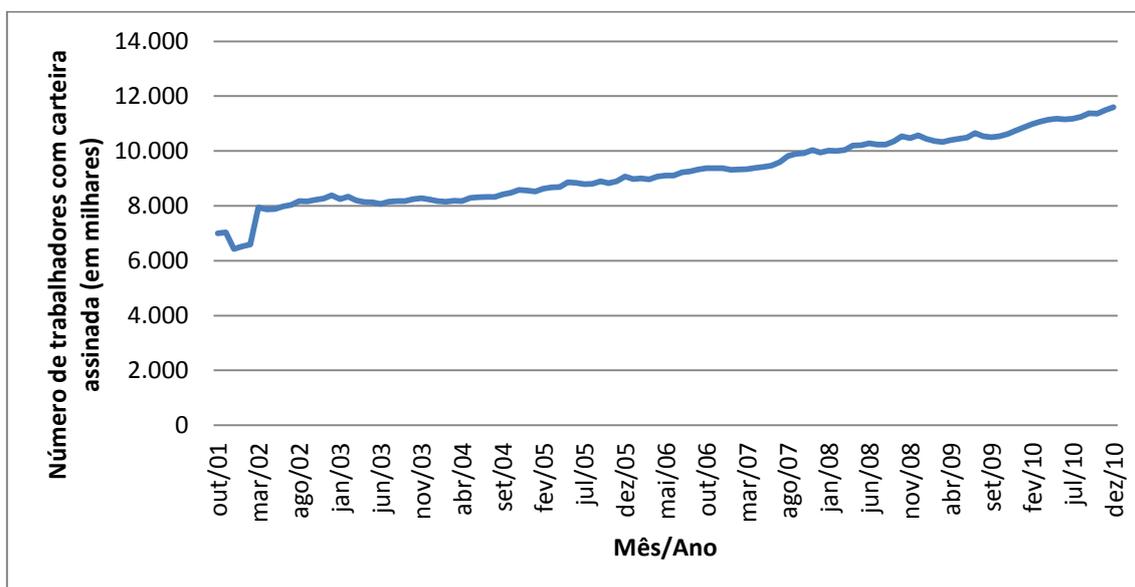
Para o DIEESE (2012, p. 14-15):

Ademais, o mercado consumidor interno veio se fortalecendo gradativamente, dimensão que explica a dinâmica de crescimento desde 2004. Manutenção das taxas de inflação em patamares relativamente baixos ao longo da década passada; acesso maior ao crédito (principalmente com a adoção do crédito consignado); política de valorização do salário mínimo; programas de transferência de renda e aumento dos investimentos públicos (destacadamente em infraestrutura e habitação) têm permitido que famílias historicamente excluídas do mercado consumidor possam adquirir seus primeiros bens duráveis, como fogão, geladeira, carro etc. Os indicadores do comércio, com índices de crescimento acima da expansão do PIB nos últimos anos, atestam esse fortalecimento do mercado interno. O crescimento das vendas do comércio, esteve apoiado na forte ampliação do crédito, cuja proporção em relação ao PIB praticamente dobrou em 2009 comparado com o início da década, além da expansão da massa salarial. O saldo em dezembro de 2009 foi de R\$ 1,41 trilhão, volume inédito, equivalente a 43,7% do PIB (contra 24,6% do PIB em dezembro de 2003), o maior percentual da história nessa comparação. Assim, o Brasil chegou ao final da primeira década do século XXI com um mercado interno mais forte e uma significativa redução da vulnerabilidade externa, duas grandes novidades da economia brasileira em relação à década de 1990. Essa mudança deu-se sem romper com o tripé de política econômica vigente no país desde 1999.

Assim, o otimismo da década (2000-2010) reflete-se bem nos gráficos 4 e 5, que ilustram, respectivamente, a alta no número de empregos com carteira assinada, passando da casa de 6 milhões para quase 12 milhões de trabalhadores, e a elevação de 171% na massa salarial ampliada.

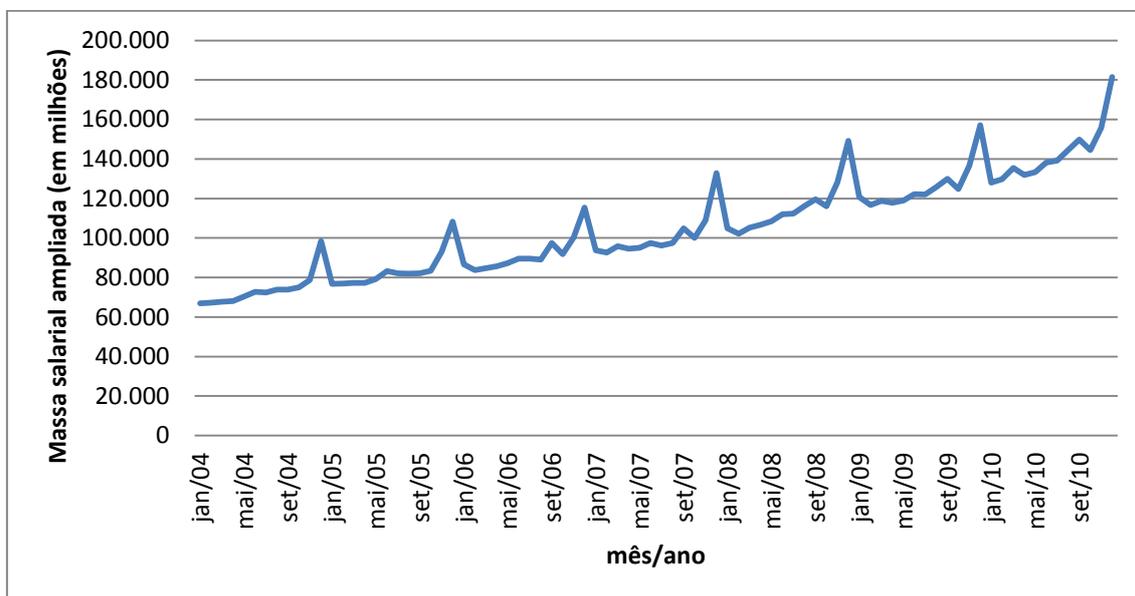
¹⁵ Algumas políticas governamentais do período colaboraram para esse mercado interno mais forte, dentre as quais a valorização do salário mínimo e o aumento das transferências de renda para os mais pobres, ambas com impactos não apenas econômicos, mas também sociais e distributivos de renda.

Gráfico 4 – Número de trabalhadores com carteira assinada no Brasil (out/2001-dez/2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 5 – Massa salarial ampliada no Brasil (jan/2004-dez/2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

Na ótica da conjuntura econômica internacional, o destaque positivo da década foi a República Popular da China. O enorme crescimento econômico acumulado pelos chineses ao longo da década teve efeitos bastante positivos sobre vários países, inclusive o Brasil (Avila, 2012). Neste período de tempo os chineses alcançaram a 2ª

posição no ranking das maiores economias do mundo, atingindo um Produto Interno Bruto de aproximadamente US\$ 6 trilhões em 2010.

Por sua vez, outros países importantes no cenário econômico internacional enfrentaram dificuldades que terminaram por afetar o seu crescimento e a própria taxa de desemprego.

Os EUA, por exemplo, em que pese o fato de terem seguido como maior potência militar e econômica na década 2000-2010, enfrentou momentos de turbulência. Para começar, já no ano 2000 houve o chamado estouro da “bolha da internet”, nome dado à vertiginosa desvalorização das ações de empresas ligadas ao setor de tecnologia e comunicações, que, como dito anteriormente, foi um setor com forte destaque na criação de emprego e riqueza nos anos 90.

Após isso, no ano de 2001, houve os atentados nos Estados Unidos que mudaram radicalmente a geopolítica internacional e que tiveram, a priori, um impacto contractionista sobre a economia norte-americana (e, por consequência, sobre a mundial).

Para piorar a situação, quando o fim da década se aproximava, houve, em 2008 e entrando em 2009, a pior crise financeira desde 1929, evento este que conduziu praticamente todos os países do mundo à recessão, com destaque para aqueles até então tido como “ricos”. As consequências dessa conjuntura sobre o emprego global ficam explicitadas na tabela 2.

Da análise da tabela 2, notam-se duas classes de países: de um lado tem-se aqueles que reduziram o desemprego ao longo da década e de outro os que tiveram uma piora no seu mercado de trabalho. Entre os países com deterioração do quadro de empregos estão os EUA, Canadá, Espanha, México, Portugal e Reino Unido. Entre os que melhoraram, temos Argentina, Brasil e Austrália. Nos “tigres asiáticos” como Coréia, Malásia e Singapura o mercado de trabalho continuou bem, especialmente nos dois primeiros. Os japoneses, em que pese sua estagnação econômica, mantiveram praticamente estável a sua taxa de desempregados.

Tabela 2 – Taxa de desemprego* - em percentual - diversos países (2000-2010)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	7,7	7,8	8,6	9,3	10,3	11,1	10,3	8,6	7,5	7,7	7,1
Argentina	15	18,3	17,9	16,1	12,6	10,6	10,1	8,5	7,8	8,6	ND
Austrália	6,3	6,8	6,4	5,9	5,4	5	4,8	4,4	4,2	5,6	5,2
Brasil	7,1	9,3	9,1	9,7	8,9	9,3	8,4	8,1	7,1	8,3	6,7
Canadá	6,8	7,2	7,7	7,6	7,2	6,8	6,3	6	6,1	8,3	8
Coréia do Sul	4,4	4	3,3	3,6	3,7	3,7	3,4	3,2	3,2	3,6	3,7
Espanha	13,9	10,5	11,4	11,3	11	9,2	8,5	8,3	11,3	18	20,1
Estados unidos	4	4,7	5,8	6	5,5	5,1	4,6	4,6	5,8	9,3	9,6
Filipinas	11,2	11	11,5	11,2	11,9	7,7	8	7,4	7,3	7,5	7,4
França	10,2	8,6	8,7	8,6	9,2	8,9	8,8	8	7,4	9,1	9,3
Itália	10,8	9,6	9,2	8,9	7,9	7,7	6,8	6,1	6,7	7,8	8,4
Japão	4,8	5	5,4	5,2	4,7	4,4	4,1	3,9	4	5	5
Malásia	3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,5	3,3	3,2	3,3	3,7	ND
México	2,6	2,5	2,9	3	3,7	3,5	3,2	3,4	3,5	5,2	5,3
Noruega	3,4	3,4	3,9	4,4	4,4	4,6	3,4	2,5	2,6	3,2	3,6
Portugal	3,9	4	5	6,3	6,7	7,6	7,7	8	7,6	9,5	10,8
Reino Unido	5,5	4,7	5,1	4,8	4,6	4,6	5,4	5,2	5,3	7,7	7,8
Singapura	6	2,9	4,4	4,7	5,8	5,6	4,5	3,9	4	5,9	ND

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial e IBGE.

*ND=Não Disponível

Não é escopo deste trabalho analisar os pormenores do desempenho econômico mundial ou as explicações para estes. Entretanto, fazendo uma síntese do ocorrido no período de 2000 a 2010, já foi visto que o fraco desempenho norte americano pode ser, em boa parte, atribuído a fatores financeiros (crises financeiras e na bolsa de valores), acontecimentos exógenos (riscos geopolíticos), assim como um aumento na concorrência do segmento dos produtos de alta tecnologia, concorrência essa em grande parte advinda dos “tigres asiáticos”, notavelmente da Coréia do Sul.

Os “tigres asiáticos”, por sua vez, beneficiaram-se tanto da produção de produtos tecnológicos com grande valor agregado, como também da sua “vizinhança” com o “gigante” chinês e o crescimento do comércio mundial como um todo.

Os sul-americanos conseguiram beneficiar-se do crescimento do consumo das commodities e do aumento dos preços das mesmas, movimento em grande parte justificado pelo crescimento econômico chinês e asiático como um todo, sendo também importante lembrar a importância do fortalecimento do mercado interno na dinâmica do mercado de trabalho e do crescimento econômico dessa região do mundo.

Os europeus sofreram nos primeiros dez anos do século XXI, especialmente os países menos dinâmicos do continente, cujo exemplo didático é Portugal. A Alemanha conseguiu se destacar como a maior potência econômica do “velho mundo”, não apenas

mantendo a sua posição em termos de valores do PIB, mas também apresentando uma das menores taxas de desemprego daquela parte do mundo.

Diante desse cenário econômico mundial, e dos próprios acontecimentos e políticas econômicas do governo brasileiro ao longo da década, toma destaque analisar, em linhas gerais, a temática do desenvolvimento e concentração regional observada no Brasil durante esse período de tempo.

Primeiramente, durante a década em questão houve um fato político muito importante: elegeu-se para a presidência da república um partido tido como mais ligado às camadas sociais e regiões menos favorecidas, presidente este de origem nordestina.

As políticas públicas exercem sempre uma grande influência sobre a distribuição da riqueza e sobre a localização dos investimentos produtivos entre as diversas regiões de um país. Diante dos novos “ares políticos” vividos, é de se esperar ter havido políticas governamentais federais que agissem no sentido de continuar o processo de desconcentração regional, aumentando a participação das regiões menos desenvolvidas como o Norte e o Nordeste no “bolo” da riqueza nacional.

Entre os estudiosos que se debruçaram sobre a questão espacial do emprego no Brasil, destaca-se o estudo de Silva e Monte (2011), com conclusões feitas a partir da observação dos dados de empregados no Brasil para o período 1997-2007.

Em síntese, para estes autores (2011, p.4):

Neste novo contexto de expansão da atividade econômica, algumas regiões tem se destacado, em especial as menos favorecidas economicamente. (...) Esses resultados recentes da economia brasileira, em especial, podem ser traduzidos também em empregos gerados no mercado de trabalho. No Nordeste, entre 2000 e 2007, houve um aumento de 50% no número de assalariados com contratos de trabalho, saltando de 4.374.850 para 6.567.837 o número de trabalhadores nessa condição, o que representa um aumento de cerca de 8% ao ano; enquanto no Norte, neste mesmo período, o número de trabalhadores no mercado formal aumentou quase 80% (...) Desta forma, o quadro apresentado a partir do início da década de 2000 é de uma realocação do emprego, tanto regional quanto setorial, para fora de seus antigos grandes eixos e setores de geração de emprego, embora ainda lento, mas progressivo (...) Enquanto as regiões Sudeste e Sul reduziram sua participação no total de empregos gerados, nas demais regiões observou-se o aumento de suas respectivas participações, ganhando, portanto, importância relativa no contexto do País.

Silva e Monte (2011), dessa vez abordando a questão do emprego em termos setoriais, concluem que dos oito setores analisados, em apenas cinco houve elevação da

participação relativa no total de empregos formais, quais sejam, a indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, serviços, administração pública e agropecuária. O forte desempenho do comércio na geração de empregos formais, fenômeno também observado no Rio Grande do Norte, é outro ponto destacado para a primeira década do século XXI.

O DIEESE (2012) também se debruçou em linhas gerais sobre a questão do desenvolvimento regional no Brasil, ressaltando o fato da região Nordeste ter ultrapassado o Sul no estoque de empregos formais, mas também chamando atenção para o fato da região Sudeste ainda possuir mais da metade dos empregos com carteira assinada.

Outro ponto destacado no sentido de uma descentralização do emprego é o crescimento do número de trabalhadores formais não apenas nas grandes cidades e regiões metropolitanas, mas também em cidades de menor porte, ou, nas palavras do DIEESE (2012, p. 95-96):

O grande destaque é para cidades com até 50 mil habitantes, que tiveram uma variação de 83,5%, em contraste com os municípios com mais de 1 milhão de habitantes, cuja variação foi de 45,7% no período. O desempenho dos municípios das faixas intermediárias (50 a 500 mil habitantes) ficou na ordem de 76%. O melhor desempenho dos pequenos e médios municípios pode ser explicado, em parte, pela estagnação ou baixo dinamismo econômico no período anterior, contudo continua sendo um indício relevante de descentralização da atividade econômica e do emprego.

Portanto, observa-se no período 2000-2010 uma retomada mais forte do processo de desconcentração regional da riqueza e também do emprego, com as áreas menos favorecidas do país conseguindo crescer a taxas maiores, ganhando assim mais influência no cenário nacional.

De uma maneira geral, os setores mais beneficiados neste interim de tempo foram aqueles ligados ao dinamismo da demanda interna, bem como os que usufruíram da alta demanda por commodities agrícolas e minerais.

O forte crescimento dos produtos básicos na pauta de exportações brasileiras levou, inclusive, a questionamentos se não o país não estava regredindo no tempo e voltando a se especializar na produção e exportação de produtos com baixo valor agregado, pelo menos no que tange ao comércio exterior.

Segundo Negri e Alvarenga (2011), o Brasil rompeu uma tendência observada desde a década de 90 do século XX, qual seja a participação de commodities nas

exportações brasileiras gravitando em torno de 40%, tendo esse valor se elevado para 51% entre 2007 e 2010. Estes mesmos estudiosos chamam a atenção para o fato de, no curto prazo essa “primarização” da economia constituir-se uma janela de oportunidades, mas, no longo prazo poder trazer efeitos danosos sobre a estrutura produtiva do país.

Avila (2012) é outro estudioso sobre o impulso na participação de commodities nas exportações brasileiras, e, lembra o autor, que de fato as commodities ganharam importância na pauta de comércio exterior, entretanto isso não se porque os demais setores deixaram de crescer, mas também devido à expansão muito maior das vendas ao mercado externo no chamado setor “não industrial”.

Assim, diante de todo o contexto econômico no qual o Brasil se inseriu na primeira década do século XXI, fica nítido que o fenômeno da (des)concentração e especialização regional sofreu influência de diversos fatores internos e externos, tanto micro, quanto macro econômicos, privados e governamentais, cujo somatório resultou em uma melhora, para o período 2000-2010, na problemática da forte concentração regional das riquezas que o país ainda enfrenta.

Mais ainda, a grande alta nos preços e na demanda por commodities agrícolas e minerais, além do robusto crescimento do consumo doméstico, levou o Brasil a fortalecer sua competitividade nesses produtos e em atividades voltadas ao mercado interno que não enfrentaram forte concorrência do exterior. Porém, a década em análise foi mais uma na qual a nação brasileira não conseguiu se destacar no mercado de produtos de alta tecnologia e valor agregado, algo não desejável para um país que ainda possui uma enorme dívida social com sua população.

3 – REVISÃO DA LITERATURA

A economia regional é uma área de estudo em grande desenvolvimento dentro das Ciências Econômicas e, analisar um espaço regional é partir do pressuposto que o mesmo seja heterogêneo e, assim, o desenvolvimento destes espaços também se dará de maneira desigual (Sperotto e Tartaruga, 2010).

Diante dessa realidade, economistas, geógrafos e estatísticos juntam forças para, de maneira conjunta, elaborar indicadores, métodos e técnicas de pesquisa visando estudar quantitativamente e qualitativamente as variáveis econômicas analisadas em um processo de desenvolvimento regional. Esse somatório de conhecimentos é fundamental, afinal de contas uma parte da explicação sobre o desenvolvimento regional heterogêneo certamente recai sobre fatores geográficos (p.ex. clima, relevo, solo, vegetação, etc.).

Mais ainda, estes mesmos fatores geográficos possivelmente podem influenciar na escolha da localização de determinadas atividades econômicas e no porquê de algumas regiões se especializarem em alguns setores. Como maneira de ilustrar este pensamento, foi visto que a Região Norte e o Centro Oeste tiveram expansões acumuladas no seu PIB de aproximadamente 52% na década passada e, coincidentemente, na primeira temos uma forte presença de atividades extrativistas (especialmente minerais) e na segunda uma intensa atividade agrícola, especialmente em grãos com alta valorização¹⁶ na década passada.

Desta maneira, o avanço no estudo da economia regional e nas suas técnicas de análise permitiu a diversos estudiosos observarem cada vez mais profundamente o processo de desenvolvimento socioeconômico de um espaço territorial.

Sperotto e Tartaruga (2010) analisam a concentração espacial do emprego formal e a massa salarial na indústria de transformação do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1988 a 2008 utilizando-se do Gini Locacional (GL) e de técnicas de estatística espacial (distância padrão e elipse de desvio padrão) e concluem que, em relação ao emprego a atividade tornou-se espacialmente mais dispersa e mais distribuída e, em relação à massa salarial, ocorreu uma concentração em um número relativamente pequeno de municípios distantes geograficamente.

¹⁶ O índice de preços internacionais de commodities minerais cresceu 281,97% e o índice de preços internacionais de commodities (grãos, oleaginosas e frutas) aumentou 142,07% na década 2000-2010.

Lara *et alli* (2010) aplicam medidas de concentração e localização (entre elas o quociente locacional, o coeficiente de localização e o coeficiente de especialização) aos dados de emprego da RAIS de 2008 relativos ao estado do Rio Grande do Sul, agregados em termos das mesorregiões e dos subsetores de atividade econômica do IBGE. Por exemplo, no subsetor extrativo mineral do Rio Grande do Sul, um quociente locacional maior que um para a mesorregião Sudeste sinalizou que o emprego neste subsetor e mesorregião é mais representativo do que para o Estado como um todo.

Adicionalmente, os autores observam que essas medidas de concentração e localização cumprem bem o papel de exploração dos dados, mas tem algumas limitações, em especial ao que tange seu poder de gerar explicações relativas aos fenômenos observados. Outro destaque do trabalho de Lara *et alli* (2010) é o avanço para a construção de um Gini de Especialização nos moldes do procedimento discutido em Isard (1971).

Silva e Monte (2011) estudam a dinâmica regional do emprego no Brasil, no período de 1997-2007, utilizando-se do modelo de análise *shift-share* na versão alternativa proposta por Esteban-Marquillas (1972) visando superar algumas limitações do modelo tradicional e, assim, decompor a variação do emprego em quatro efeitos (nacional, setorial, competitivo e alocação).

Bem lembram os autores que na virada do século, mais precisamente a partir de 2002, o ambiente econômico no Brasil melhorou sensivelmente, permitindo a criação de milhões de empregos formais e, nesse contexto de mudanças, houve um destaque para o setor de comércio e serviços dentro da dinâmica de criação de empregos.

Adicionalmente, destacou-se a desconcentração regional do emprego, com acelerado crescimento dos postos de trabalho nas regiões Norte e Centro-Oeste. Por último, concluem que a maior parte do crescimento relativo do emprego é explicado pelo efeito nacional, ou seja, as políticas e decisões tomadas em âmbito federal tiveram grande impacto na dinâmica do emprego para o período analisado.

Lima *et alli* (2009) analisam as mudanças estruturais na economia dos municípios do Sudoeste paranaense e para essa análise, no que diz respeito à ocupação da mão-de-obra, utiliza-se o quociente locacional, o coeficiente de especialização e o coeficiente de reestruturação, calculados a partir dos dados de emprego formal divulgados na RAIS do Ministério do Trabalho para o período 1999-2005. Concluíram os autores que, sob a ótica do quociente locacional, a maioria dos municípios do Sudoeste paranaense tem suas economias voltadas para o setor terciário, mais

especificamente o ramo de serviços, sendo que apenas o município de Ampére registrava baixo QL. Também se percebeu, via cálculo e interpretação do coeficiente de especialização e do coeficiente de reestruturação que os municípios com economia e PIB mais significativo foram os que menos se reestruturaram e tais cidades apresentaram economias mais diversificadas.

Alves *et alli* (2004) fazem uma análise da dinâmica setorial das regiões brasileiras no período de 1990 a 2000, primeiro estudando a estrutura produtiva das regiões e levantando as potencialidades de cada uma para, em seguida, utilizar-se de medidas de especialização e localização visando conhecer os padrões de crescimento econômicos e detectando seus setores mais dinâmicos. Calculando e interpretando o quociente locacional, os autores informam que, no período em estudo, os setores de construção civil e de serviços ganharam destaque nas Regiões Nordeste e Norte. Na região Sudeste e Sul os setores econômicos com maior relevância foram os da indústria e comércio tendo em vista seus QL maior que 1, e no Centro Oeste destacaram-se setor de serviços e o agropecuário. Sob a ótica do coeficiente de especialização, a região Sul ficou, em 2000, como uma das regiões com maior nível de especialização atrás apenas do Centro-Oeste, ao passo que, o Norte e o Sudeste apresentaram decréscimos em seus respectivos coeficientes.

4 – METODOLOGIA

4.1 – Fonte de Dados

No intuito de atingir os objetivos propostos, a metodologia deste trabalho utilizou-se do levantamento de dados, e, como referencial teórico, fez uso de instrumentos de coeficientes espaciais desenvolvidos no âmbito da Análise Regional, tendo como variável de análise o número de empregos formais em cada setor econômico e microrregião do Estado do Rio Grande do Norte.

Os dados utilizados foram obtidos de fontes secundárias, mais precisamente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Banco Central do Brasil (BCB), do Banco Mundial e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA).

Para se obter os dados, recorreu-se aos sítios eletrônicos das instituições discriminadas anteriormente, bem como ao acesso online da *base de dados*¹⁷ X-OLAP W que permite obter com riqueza de detalhes os números sobre os empregos formais no Brasil.

Com esses valores foram produzidas diversas tabelas e gráficos e, principalmente, foram calculados os quocientes locacionais em cada um dos oito setores econômicos e respectivas microrregiões do Rio Grande do Norte, bem como o coeficiente de especialização de cada microrregião potiguar, tanto para o ano 2000 quanto para o ano de 2010.

Após estes cálculos, comparou-se a evolução dos resultados de maneira a analisar se havia concentração espacial do emprego em algum setor econômico dentro de cada microrregião, assim como se existia algum grau de especialização em alguma das dezenove microrregiões do Estado Potiguar.

¹⁷ Um bom tutorial de como acessar e utilizar o X-OLAP W encontra-se disponível em <http://www3.mte.gov.br/pdet/ajuda/faq/bd_acesso.asp>. Acesso em: 18 out. 2012.

4.2 - Instrumentos de Análise Regional: coeficientes espaciais

O estudo de qualquer tema sob a ótica da Economia e das Ciências Sociais como um todo sempre envolveu a necessidade de “julgamentos”, análises qualitativas e quantitativas, prismas teóricos e outros aspectos e métodos a serem utilizados de modo a dar uma boa sustentação às conclusões obtidas em um trabalho econômico-social.

Enquanto as análises sob a luz de alguma teoria, que normalmente quem faz o estudo é adepto, com julgamentos qualitativos e a própria construção de um “raciocínio econômico” crível vem fazendo parte dos estudos econômico-sociais desde o início de ambas as ciências, igualmente é verdade que os estudiosos, teóricos e pesquisadores da área, sempre tem tentado “modelar” as teorias criadas para explicar os fenômenos observados, até mesmo visando ao fortalecimento e o rigor científico necessários.

Em outras palavras, a modelagem estatística e matemática de fenômenos da Economia Regional é algo desejável, apenas com a ressalva que o estudioso do tema nunca deve deixar seu senso crítico em segundo plano, pois, como dito por Hill *et alli* (2003), ser estatisticamente significativo não significa, necessariamente, ter algum sentido econômico.

Segundo Simões (2005) entre a publicação de *Methods of Regional Analysis* (ISARD, 1960) e *Methods of Interregional and Regional Analysis* (ISARD et al., 1998) a dimensão dos métodos e técnicas de análise regional e urbana cresceu, tal qual a maioria dos ramos da economia, de forma exponencial. Entre esses diversos métodos criados e desenvolvidos, as medidas de localização e especialização podem ser classificadas entre os métodos tradicionais de análise regional.

Este trabalho propõe-se a estudar a questão da concentração espacial e da especialização do mercado de trabalho formal no Estado do Rio Grande do Norte, sob a ótica de suas microrregiões. De maneira a dar mais robustez para as conclusões, fez-se, essencialmente, o uso de instrumentos de análise regional e explanações apoiadas em ferramentas estatísticas, descritos a seguir.

4.2.1 - Quociente locacional

O primeiro instrumento de análise regional utilizado é o quociente locacional. Este objetiva indicar qual a concentração relativa da variável em estudo – o emprego formal – de um determinado setor econômico quando comparado à participação desse mesmo setor no Estado como um todo.

Para Simões (2005, p.6), “este pode ser considerado a principal e mais difundida medida de localização e especialização utilizada em estudos explanatórios de economia regional, urbana e até mesmo setorial”.

INE (2002, p.65) definem o QL como:

O QL é, no essencial, uma medida de localização, no sentido em que permite avaliar o grau relativo de concentração de uma determinada actividade. Apesar disso, a estrutura dos seus resultados (um valor para cada par região-setor de actividade) permite fazer uma análise centrada numa região específica, para todos os sectores de actividade em causa e, deste modo, tecer considerações sobre o grau de especialização/diversificação desse território. No cálculo do QL é comparada a importância da actividade j na região r , com a importância que essa mesma actividade tem numa região padrão p . A região padrão é a região (ou agregado de regiões) de referência, que pode ser o espaço composto pelo conjunto de regiões em análise ou outra região distinta, para a qual se assume existir uma distribuição sectorial “óptima” da variável em análise.

O QL é utilizado também para classificar¹⁸, de maneira inicial e introdutória, as actividades em básicas e não-básicas no contexto das teorias de base de exportação, base econômica e base urbana (Schikler, 1972).

O Quociente Locacional é definido da seguinte forma:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_i E_{ij}}{\sum_j E_{ij} / \sum_{ij} E_{ij}} \quad (1)$$

sendo,

¹⁸ Haddad *et alli* (1989) lembram que no âmbito dessas teorias, um $QL > 1$ pode sinalizar que a actividade na região é básica e, desta feita, voltada para exportação. Por sua vez, o $QL < 1$ representaria uma actividade não básica, ou seja, voltada para o mercado interno.

E_{ij} = número de empregados formais no setor econômico i da microrregião j;

$\sum_i E_{ij}$ = número de empregados formais em todos os setores econômicos da microrregião j;

$\sum_j E_{ij}$ = número de empregados formais no setor econômico i de todas as microrregiões;

$\sum_{ij} E_{ij}$ = número de empregados formais em todos os setores econômicos no estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com Lima *et al.*, (2009) *apud* Alves *et al.*, (2006), um $QL \geq 1$ indica uma forte localização do emprego, $0,50 \leq QL \leq 0,99$ sinaliza uma localização média e $QL < 0,5$ uma localização fraca. O $QL \geq 1$ também mostra uma tendência à concentração do setor econômico em relação ao conjunto dos demais setores daquela microrregião.

Dada as próprias limitações inerentes à metodologia de cálculo do QL, INE (2002, p.68) levantam as principais precauções a serem levadas em conta em trabalhos que o utilizam:

Apesar da utilidade inegável do QL (e das suas formas de representação), a análise dos resultados obtidos deve ser feita com precaução. De facto, os resultados estão totalmente dependentes da distribuição sectorial apresentada pela região padrão. Numa abordagem regional, quando se tecem considerações sobre a especialização numa região num determinado ramo, deve-se ter presente que o que está na base para essa consideração é apenas um elevado nível de expressão de um ramo face à importância que este assume na região padrão. Para além disso, quando se considera como região padrão o agregado das regiões em análise é necessário ter em atenção a dimensão de cada região (medida através da variável retida para análise): se existe uma região com uma importância muito superior à das outras, esta região terá mais força na determinação da estrutura sectorial da região padrão, e conseqüentemente, tenderá a surgir “apagada” em termos de especialização (...) Os resultados do QL podem, por vezes, estar de tal forma dependentes da região padrão escolhida que a expressão real dos sectores com QL elevados, no contexto da própria região, podem não ter qualquer significado.

Em suma, cabe dizer que as medidas de localização possuem natureza eminentemente descritiva e possuem capacidade analítica e explicativa ainda limitada, e tais fatos sempre devem ser levados em conta na hora de se obter conclusões sobre a temática pesquisada e estudada.

4.2.2 - Coeficiente de especialização

O coeficiente de especialização (CE_j) é uma medida regional. As medidas regionais concentram-se na estrutura produtiva de cada município – microrregião no caso deste trabalho – fornecendo informações sobre o nível de especialização da economia num período (Alves *et al.*, 2004).

Em vista deste coeficiente, compara-se a economia de, por exemplo, uma microrregião com a economia do Estado como um todo. Também é possível fazer inferências sobre o processo de especialização em uma microrregião entre dois ou mais períodos, ou seja, compará-lo ao longo do tempo. O CE_j pode ser considerado como complementar aos resultados obtidos pelo QL, pois compara a estrutura econômica de uma dada região à estrutura industrial do estado como um todo, e não considera somente os setores desta estrutura (Paiva *et al.*, 2007).

Segundo INE (2002 ,p.70):

O coeficiente de especialização (CE) é uma medida relativa que, ao contrário do QL, detém uma forte capacidade de síntese, nomeadamente, quando se procuram obter respostas a questões do tipo “qual o grau de especialização de uma determinada região?”. O CE mede o grau de concentração que uma região detém em relação aos sectores da atividade económica que nela estão implantadas.

O coeficiente de especialização é definido da seguinte forma:

$$CE_j = \frac{1}{2} \sum_i \left| \left(\frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_j E_{ij}}{\sum_{ij} E_{ij}} \right) \right| \quad (2)$$

sendo,

E_{ij} = número de empregados formais no setor econômico i da microrregião j;

$\sum_i E_{ij}$ = número de empregados formais em todos os setores econômicos da microrregião j;

$\sum_j E_{ij}$ = número de empregados formais no setor econômico i de todas as microrregiões;

$\sum_{ij} E_{ij}$ = número de empregados formais em todos os setores econômicos no Estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com Lima *et al.*, (2009) os resultados iguais a zero indicam composição setorial idêntica da microrregião em relação ao Estado, e valores próximos a um demonstram elevado grau de especialização ligado a um determinado setor, ou a microrregião apresenta uma estrutura de emprego completamente diferente da estrutura de emprego regional – no caso, do estado do Rio Grande do Norte.

Dentro de uma análise envolvendo o coeficiente de especialização, nunca se pode esquecer as limitações do mesmo, como ocorre com todas as medidas de natureza regional, em maior ou menor nível. Portanto, inferências feitas a partir dos cálculos precisam ser ancoradas à região padrão (INE, 2002).

5 - RESULTADOS

O tema da concentração regional e da especialização do emprego sempre foi um assunto importante no âmbito da Economia Regional, pois o seu estudo permite fazer um diagnóstico e elaborar políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento econômico, potencializar a economia dos locais estudados e, também, evitar que, por exemplo, uma concentração/especialização excessiva¹⁹ em alguma atividade possa gerar problemas futuros.

Assim, este trabalho, utilizando-se do quociente locacional, do coeficiente de especialização e de análises econômicas e estatísticas, permitiu estudar a situação do emprego formal no Estado do Rio Grande do Norte, nos oito setores econômicos e nas dezenove microrregiões potiguares, de maneira, a fazer um diagnóstico e também algumas sugestões para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico e manter o bom ritmo na criação de vagas de trabalho formais.

Primeiramente, uma microrregião “é um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração” (IBGE, 2010, p.23).

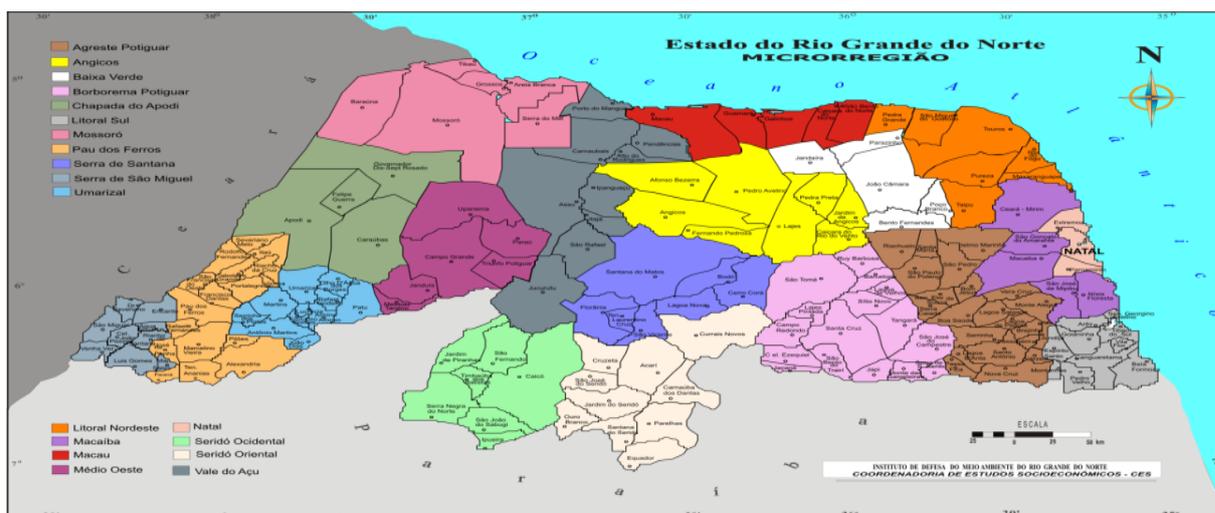
A maneira como se divide o espaço geográfico em microrregiões e, agregando-as, em mesorregião, parte da hipótese que o desenvolvimento capitalista da produção teria afetado de maneira diferenciada o território brasileiro, tendo algumas áreas sofrido grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se mantiveram estáveis ou com problemas (em maior ou menor grau).

No que tange ao Estado potiguar, este foi subdividido pelo IBGE em dezenove microrregiões²⁰ que, de acordo com a figura 1, são: Mossoró, Chapada do Apodi, Médio Oeste, Vale do Açu, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Macau, Angicos, Serra de Santana, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Agreste Potiguar, Litoral Nordeste, Macaíba, Natal e Litoral Sul.

¹⁹ Um típico exemplo seria uma região/microrregião especializada em atividades minerais, cujas jazidas estivessem próximas de se esgotar e não possuísse uma atividade alternativa para gerar empregos.

²⁰ Os municípios de cada microrregião encontram-se no anexo deste trabalho.

Figura 1 – Microrregiões do Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA) e IBGE.

O emprego nas microrregiões foi analisado de acordo com os oito setores econômicos principais do Brasil, quais sejam²¹: extração mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária.

5.1 - Cenário do emprego formal no RN: 2000

No ano 2000, observando a tabela 3, havia 315.488 trabalhadores formalizados, distribuídos nos oito setores econômicos, sendo o setor da administração pública o maior empregador formal do Estado (122.629 empregados formais) e os serviços industriais de utilidade pública quem menos empregava formalmente (2.871 empregados).

A contribuição relativa de cada setor, para o RN, no ano 2000, encontra-se detalhada no gráfico 6 da página a seguir.

Destacam-se, já no ano 2000, os setores da administração pública e dos serviços que juntos empregavam aproximadamente 62% dos trabalhadores formais, seguidos por comércio e indústria de transformação (aproximadamente 13% cada um), agropecuária a frente da construção civil (5% vs 4%), os setores de extração mineral e os serviços industriais de utilidade pública com participação apenas marginal (3% dos empregados quando considerados conjuntamente).

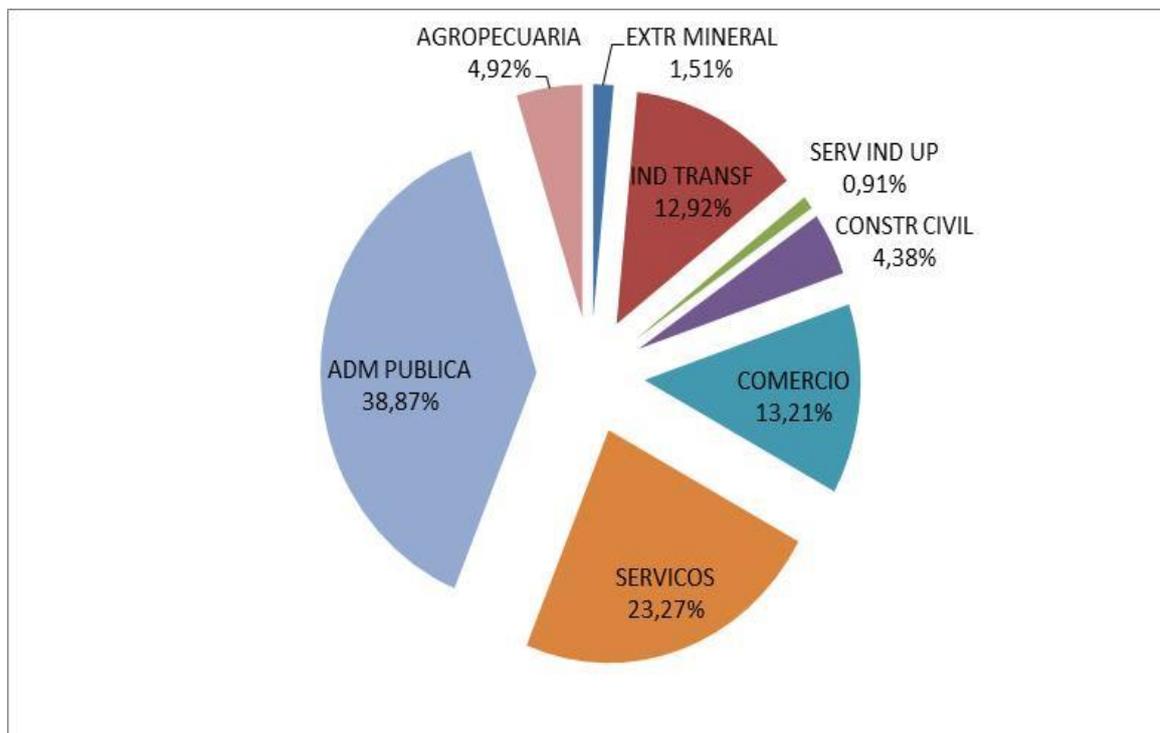
²¹ Uma definição resumida de cada setor econômico encontra-se no anexo deste trabalho.

Tabela 3 – Empregos formais* por microrregião e setor econômico, RN – ano 2000

MICRORREGIÃO RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	TOTAL
Mossoro	2.342	5.070	278	1.549	6.010	6.225	5.372	4.897	31.743
Chapada do Apodi	23	174	22	147	200	166	1.583	22	2.337
Medio Oeste	25	16	12	7	16	15	1.268	22	1.381
Vale do Acu	285	1.014	53	322	932	681	2.606	1.766	7.659
Serra de Sao Miguel	0	11	22	0	27	32	1.478	2	1.572
Pau dos Ferros	0	95	103	264	350	291	3.636	68	4.807
Umarizal	0	57	36	12	104	135	1.934	13	2.291
Macau	968	178	9	148	403	247	1.605	271	3.829
Angicos	12	41	11	58	164	220	1.503	34	2.043
Serra de Santana	0	65	25	218	70	139	1.629	7	2.153
Serido Ocidental	14	1.829	88	42	1.207	1.115	2.056	60	6.411
Serido Oriental	276	2.237	69	126	1.052	924	3.502	82	8.268
Baixa Verde	0	57	15	0	121	166	1.446	24	1.829
Borborema Potiguar	0	321	55	75	315	254	3.820	34	4.874
Agreste Potiguar	24	840	38	146	408	1.083	4.024	162	6.725
Litoral Nordeste	3	25	46	28	157	4.378	1.307	509	6.453
Macaiba	146	8.794	139	512	1.254	1.383	4.627	622	17.477
Natal	638	19.058	1.812	10.121	28.483	54.782	76.777	1.682	193.353
Litoral Sul	23	893	38	37	408	1.176	2.456	5.252	10.283
TOTAL GERAL EMPREGADOS	4.779	40.775	2.871	13.812	41.681	73.412	122.629	15.529	315.488

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

*Somatório vertical (colunas) é o total de empregos formais por setor econômico; somatório horizontal (linhas) é o total de empregos por microrregião.

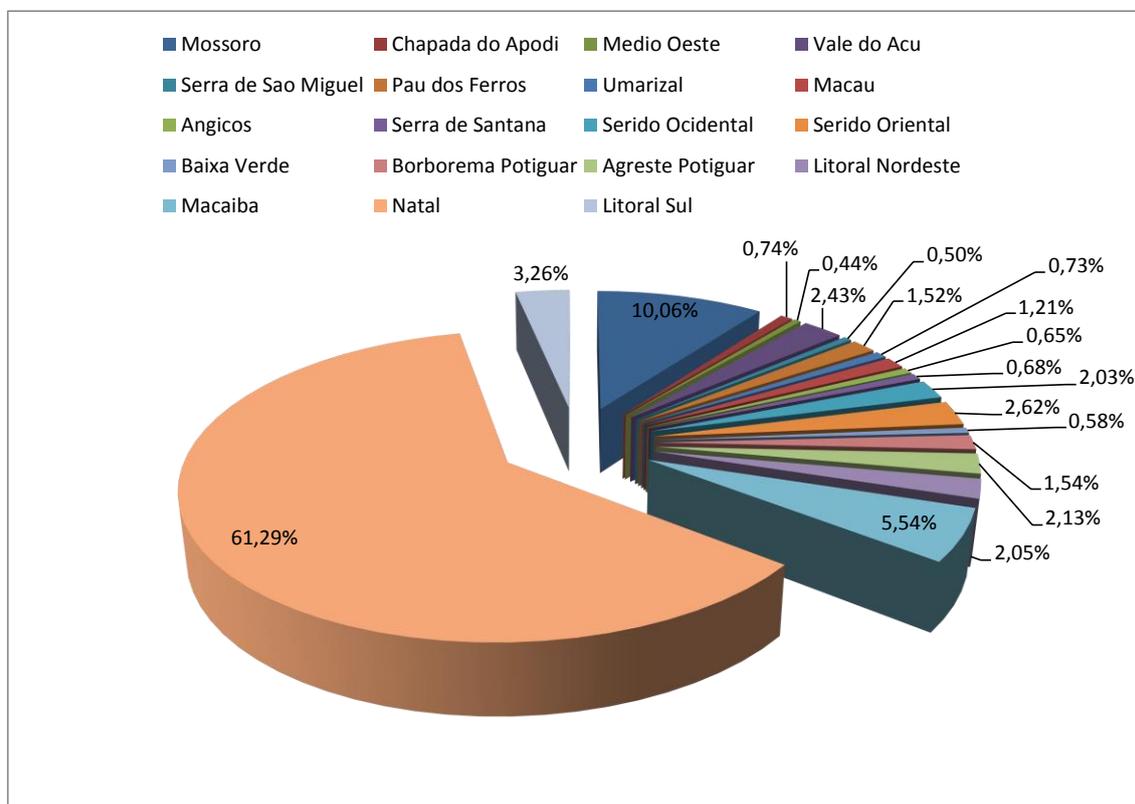
Gráfico 6– Contribuição relativa dos setores econômicos para o emprego formal, RN, ano 2000.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Convém lembrar que já na década de noventa do século XX, pelo fortalecimento do próprio modelo econômico, e as privatizações e desregulamentações na economia, o setor terciário – como um todo – já ganhava destaque dentro do produto interno bruto não só a nível brasileiro, mas também mundial e local.

No que tange às microrregiões, a de Natal concentrava a maior parte dos trabalhadores formais (193.353 empregados, ou 61% do total) o que já era esperado, dada que esta tinha e ainda tem a maior população relativa do Estado e, por sua vez, o Médio Oeste possuía apenas 1.381 empregos formalizados (0,44% do total).

Gráfico 7 – Participação relativa do emprego formal nas microrregiões em relação ao total de empregados formais, RN, ano 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Dado esse forte destaque da microrregião de Natal em relação ao Estado, é de se esperar de acordo com a metodologia de cálculo do coeficiente de especialização e do quociente locacional, que a estrutura produtiva da microrregião natalense influencie na interpretação destes índices.

Observando os dados da tabela 4, desta vez para cada setor econômico, é possível analisar, dado o quantitativo de emprego formal gerado no setor, onde estavam

concentradas a maior parte dos trabalhadores do mesmo o que, por conseguinte, sinaliza para uma possível especialização em determinadas microrregiões.

Tabela 4 – Proporção de empregos formais por microrregião em cada setor econômico, RN – ano 2000.

MICRORREGIÃO RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	49,01%	12,43%	9,68%	11,21%	14,42%	8,48%	4,38%	31,53%
Chapada do Apodi	0,48%	0,43%	0,77%	1,06%	0,48%	0,23%	1,29%	0,14%
Medio Oeste	0,52%	0,04%	0,42%	0,05%	0,04%	0,02%	1,03%	0,14%
Vale do Acu	5,96%	2,49%	1,85%	2,33%	2,24%	0,93%	2,13%	11,37%
Serra de Sao Miguel	0,00%	0,03%	0,77%	0,00%	0,06%	0,04%	1,21%	0,01%
Pau dos Ferros	0,00%	0,23%	3,59%	1,91%	0,84%	0,40%	2,97%	0,44%
Umarizal	0,00%	0,14%	1,25%	0,09%	0,25%	0,18%	1,58%	0,08%
Macau	20,26%	0,44%	0,31%	1,07%	0,97%	0,34%	1,31%	1,75%
Angicos	0,25%	0,10%	0,38%	0,42%	0,39%	0,30%	1,23%	0,22%
Serra de Santana	0,00%	0,16%	0,87%	1,58%	0,17%	0,19%	1,33%	0,05%
Serido Ocidental	0,29%	4,49%	3,07%	0,30%	2,90%	1,52%	1,68%	0,39%
Serido Oriental	5,78%	5,49%	2,40%	0,91%	2,52%	1,26%	2,86%	0,53%
Baixa Verde	0,00%	0,14%	0,52%	0,00%	0,29%	0,23%	1,18%	0,15%
Borborema Potiguar	0,00%	0,79%	1,92%	0,54%	0,76%	0,35%	3,12%	0,22%
Agreste Potiguar	0,50%	2,06%	1,32%	1,06%	0,98%	1,48%	3,28%	1,04%
Litoral Nordeste	0,06%	0,06%	1,60%	0,20%	0,38%	5,96%	1,07%	3,28%
Macaiba	3,06%	21,57%	4,84%	3,71%	3,01%	1,88%	3,77%	4,01%
Natal	13,35%	46,74%	63,11%	73,28%	68,34%	74,62%	62,61%	10,83%
Litoral Sul	0,48%	2,19%	1,32%	0,27%	0,98%	1,60%	2,00%	33,82%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Por exemplo, no setor de extração mineral a microrregião de Mossoró concentrava quase metade dos empregos formais, o que significa que naquela área desenvolviam-se os principais projetos minerais do Rio Grande do Norte. Macau, microrregião bem próxima a de Mossoró, ainda no mesmo setor, detinha 20,26% do total de empregos.

As atividades extrativas (minerais, agrícolas, etc) sofrem influência do clima, do relevo, do solo e subsolo, por conseguinte, é natural que se concentrem em espaços geográficos que detém esse potencial²² de riqueza. Desta forma, a agropecuária concentrava-se no ano 2000 nas microrregiões de Mossoró (31,53%) e Litoral Sul (33,82%), seguidas por Vale do Acu (11,37%) e Natal (10,83%).

A indústria de transformação converte matérias-primas em produtos finais ou acabados e, portanto, costumam localizar-se próxima aos centros de consumo do

²² As áreas de Mossoró e Macau possuem, por exemplo, jazidas de petróleo e gás, calcário sedimentar, sal marinho, minerais argilosos para produção de cerâmica e porcelanato, etc.

Estado. Não é por outro motivo, senão este, que Natal, Macaíba e Mossoró concentraram, juntos, 80,74% dos empregos formais deste tipo de atividade.

A construção civil é um setor que abrange desde as construções residenciais, passando por infraestrutura e prédios comerciais. Sendo assim, irá gerar mais empregos onde estão sendo construídos mais condomínios, shoppings, lojas, mas também onde existam obras de infraestrutura, ou seja, a geração de empregos neste setor depende do aumento do dinamismo econômico ou de fortes investimentos do governo na infraestrutura daquela microrregião. No ano 2000, Mossoró e Natal, juntos, possuíam 84,49% dos empregos deste setor, indicando além do dinamismo econômico maior, uma eventual concentração dos investimentos públicos nestas duas microrregiões.

A atividade comercial é comum de existir em todas as microrregiões, afinal a prática comercial é inerente à necessidade humana de sempre adquirir mercadorias visando suprir suas necessidades, sejam de sobrevivência, sejam econômicas. O quantitativo de empregos formais do setor geralmente será ligado ao poder de compra e ao tamanho da população local. Em vista disso, Natal e Mossoró concentravam, no ano 2000, 82% dos trabalhadores formais deste setor no Rio Grande do Norte.

O setor de serviços também costuma refletir o dinamismo econômico local e o tamanho da população. Isso porque quanto mais pessoas, e maior o poder aquisitivo delas, mais intensa será a demanda por serviços de terceiros, eis que este setor econômico surge justamente para atender necessidades²³ temporárias e específicas da população.

A administração pública é um dos setores cuja localização das atividades pode ser mais bem definida²⁴ pelo governo. Em que pese esse fato, os governantes, geralmente, gostam de instalar os serviços públicos em áreas populosas, até para facilitar a própria prestação do serviço público. Por isso, era esperado que as microrregiões mais populosas concentrassem a maior parte dos empregos formais no ano 2000. Entretanto, o observado é um total destaque para a microrregião de Natal na

²³ Um típico exemplo seria dos empregados domésticos que muitas vezes migram para a prestação de serviços podendo, assim, atender a várias residências no lugar de ter apenas um patrão. No que tange a especificidade da prestação de serviços, uma boa ilustração seria a das empresas de segurança, ou seja, ao invés do empresário contratar um empregado formal para ser o segurança do seu empreendimento, ele contrata uma empresa especializada neste tipo de serviço, obtendo, assim um profissional provavelmente mais qualificado e treinado.

²⁴ Um exemplo desta afirmação foi a construção de Brasília, decisão essa tomada politicamente e com o intuito de induzir o desenvolvimento econômico no Centro-Oeste do país.

qual estavam 62,61% dos empregados formais da administração pública do RN, seguida de longe por Mossoró (4,38%).

Por último, os serviços industriais de utilidade pública são, tipicamente, o fornecimento de energia, de gás, de telefonia, saneamento e outras atividades econômicas consideradas vitais ao cidadão. Aqui também se espera que o fator populacional tenha forte influência na localização dos empregos gerados no setor, eis que a proximidade do mercado consumidor facilita a prestação do serviço e, por conseguinte, o próprio lucro das empresas. Em 2000 a microrregião de Natal concentrava 63,11% dos empregos formais deste tipo de atividade, seguida por Mossoró (9,68%) e Pau dos Ferros (3,59%).

Outra importante análise a ser feita é, para cada microrregião, qual a divisão do número de empregos formais dentro de cada setor econômico. Por exemplo, do total de empregados formais existentes na microrregião de Mossoró, qual a porcentagem que trabalha no setor extrativo mineral? A tabela a seguir visa responder essa pergunta para todas as microrregiões:

Tabela 5 – Proporção de empregos formais por setor econômico em relação ao total da microrregião, RN – ano 2000

MICRORREGIÃO RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	7,38%	15,97%	0,88%	4,88%	18,93%	19,61%	16,92%	15,43%
Chapada do Apodi	0,98%	7,45%	0,94%	6,29%	8,56%	7,10%	67,74%	0,94%
Medio Oeste	1,81%	1,16%	0,87%	0,51%	1,16%	1,09%	91,82%	1,59%
Vale do Acu	3,72%	13,24%	0,69%	4,20%	12,17%	8,89%	34,03%	23,06%
Serra de Sao Miguel	0,00%	0,70%	1,40%	0,00%	1,72%	2,04%	94,02%	0,13%
Pau dos Ferros	0,00%	1,98%	2,14%	5,49%	7,28%	6,05%	75,64%	1,41%
Umarizal	0,00%	2,49%	1,57%	0,52%	4,54%	5,89%	84,42%	0,57%
Macaú	25,28%	4,65%	0,24%	3,87%	10,52%	6,45%	41,92%	7,08%
Angicos	0,59%	2,01%	0,54%	2,84%	8,03%	10,77%	73,57%	1,66%
Serra de Santana	0,00%	3,02%	1,16%	10,13%	3,25%	6,46%	75,66%	0,33%
Serido Ocidental	0,22%	28,53%	1,37%	0,66%	18,83%	17,39%	32,07%	0,94%
Serido Oriental	3,34%	27,06%	0,83%	1,52%	12,72%	11,18%	42,36%	0,99%
Baixa Verde	0,00%	3,12%	0,82%	0,00%	6,62%	9,08%	79,06%	1,31%
Borborema Potiguar	0,00%	6,59%	1,13%	1,54%	6,46%	5,21%	78,38%	0,70%
Agreste Potiguar	0,36%	12,49%	0,57%	2,17%	6,07%	16,10%	59,84%	2,41%
Litoral Nordeste	0,84%	50,32%	0,80%	2,93%	7,18%	7,91%	26,47%	3,56%
Macaíba	0,84%	50,32%	0,80%	2,93%	7,18%	7,91%	26,47%	3,56%
Natal	0,33%	9,86%	0,94%	5,23%	14,73%	28,33%	39,71%	0,87%
Litoral Sul	0,22%	8,68%	0,37%	0,36%	3,97%	11,44%	23,88%	51,07%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Da tabela anterior, o fato que mais chama atenção é a grande concentração dos empregos formais na administração pública, tendo oito microrregiões apresentando mais de 70% dos trabalhadores formais no setor governamental. Para se ter uma ideia, apenas a indústria de transformação nas microrregiões de Macaíba e Litoral Nordeste e a agropecuária no Litoral Sul conseguem ter uma importância, em termos relativos, razoavelmente próxima à administração pública.

Em síntese, essa primeira análise indicou poder haver especialização/concentração econômica dentro de determinadas microrregiões, pois algumas delas apresentavam grande concentração de empregos formais em apenas um setor econômico ou, então, agregavam a maior²⁵ parte dos trabalhadores formais do Estado. Cabe agora aplicar o quociente locacional e o coeficiente de especialização, para avançar ou não nessas impressões iniciais.

5.1.1 – Quociente locacional ano 2000

O cálculo do quociente locacional para os setores econômicos e microrregiões do Rio Grande do Norte encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 6 – Quocientes locacionais por microrregiões e setores econômicos do RN, ano 2000

MICRORREGIÃO RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	4,871	1,236	0,962	1,115	1,433	0,843	0,435	3,134
Chapada do Apodi	0,650	0,576	1,034	1,437	0,648	0,305	1,743	0,191
Medio Oeste	1,195	0,090	0,955	0,116	0,088	0,047	2,362	0,324
Vale do Acu	2,457	1,024	0,760	0,960	0,921	0,382	0,875	4,684
Serra de Sao Miguel	0,000	0,054	1,538	0,000	0,130	0,087	2,419	0,026
Pau dos Ferros	0,000	0,153	2,355	1,254	0,551	0,260	1,946	0,287
Umarizal	0,000	0,193	1,727	0,120	0,344	0,253	2,172	0,115
Macau	16,689	0,360	0,258	0,883	0,797	0,277	1,078	1,438
Angicos	0,388	0,155	0,592	0,648	0,608	0,463	1,893	0,338
Serra de Santana	0,000	0,234	1,276	2,313	0,246	0,277	1,947	0,066
Serido Ocidental	0,144	2,207	1,508	0,150	1,425	0,747	0,825	0,190
Serido Oriental	2,204	2,093	0,917	0,348	0,963	0,480	1,090	0,201
Baixa Verde	0,000	0,241	0,901	0,000	0,501	0,390	2,034	0,267
Borborema Potiguar	0,000	0,510	1,240	0,351	0,489	0,224	2,016	0,142
Agreste Potiguar	0,236	0,966	0,621	0,496	0,459	0,692	1,539	0,489
Litoral Nordeste	0,031	0,030	0,783	0,099	0,184	2,916	0,521	1,602
Macaiba	0,551	3,893	0,874	0,669	0,543	0,340	0,681	0,723
Natal	0,218	0,763	1,030	1,196	1,115	1,218	1,022	0,177
Litoral Sul	0,148	0,672	0,406	0,082	0,300	0,491	0,614	10,376

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

²⁵ Aqui o maior exemplo seria a microrregião de Natal, onde, conforme visto, estavam 61% de todos os trabalhadores formais do Rio Grande do Norte.

Relembrando que a sua interpretação ocorre da seguinte maneira: um $QL \geq 1$ indica uma forte localização do emprego, $0,50 \leq QL \leq 0,99$ sinaliza uma localização média e $QL < 0,5$ uma localização fraca. O $QL \geq 1$ também mostra uma tendência à concentração do setor econômico em relação ao conjunto dos demais setores daquela microrregião.

Portanto, pela tabela 6 o setor extrativo mineral se destacava nas microrregiões de Mossoró, Médio Oeste, Vale do Acu, Macau e Seridó Oriental, todas com $QL > 1$. Apenas Macaíba possui localização média, sendo fraca em todas as demais microrregiões.

A indústria de transformação se destacava nas microrregiões de Mossoró, Vale do Acu, Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Macaíba; na Chapada do Apodi, Borborema Potiguar, Agreste Potiguar, Natal e Litoral Sul, a localização é considerada média, sendo fraca nas demais.

No que tange aos serviços industriais de utilidade pública, havia localização forte na Chapada do Apodi, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Serra de Santana, Seridó Ocidental, Borborema Potiguar e Natal; em Mossoró, Médio Oeste, Vale do Acu, Angicos, Seridó Oriental, Baixa Verde, Agreste Potiguar, Litoral Nordeste e Macaíba, a localização pode ser considerada média, sendo fraca nas demais microrregiões.

Para o setor de construção civil, Mossoró, Chapada do Apodi, Pau dos Ferros, Serra de Santana e Natal, apresentavam forte localização; no Vale do Acu, Macau, Angicos e Macaíba a localização era média; havia fraca localização nas demais microrregiões.

Na atividade comercial, Mossoró, Seridó Ocidental e Natal possuíam $QL \geq 1$, indicando forte localização/concentração; Chapada do Apodi, Vale do Acu, Pau dos Ferros, Macau, Angicos, Seridó Oriental, Baixa Verde e Macaíba, estavam na faixa intermediária; por conseguinte, as demais microrregiões apresentavam baixa concentração no setor comercial da economia.

No setor de serviços, apenas o Litoral Nordeste e a microrregião de Natal possuíam forte localização/concentração; Mossoró, Seridó Ocidental e Agreste Potiguar estavam na faixa intermediária do QL ; as quatorze demais tinham localização fraca.

A administração pública foi um setor que muito chamou atenção na análise inicial feita neste trabalho. Como foi dito, oito microrregiões apresentavam mais de 70% dos trabalhadores formais empregados neste setor econômico. Sob a ótica do QL ,

treze microrregiões – no setor administrativo público – apresentavam forte localização/concentração do emprego formal, quais sejam, a Chapada do Apodi, Médio Oeste, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Macau, Angicos, Serra de Santana, Seridó Oriental, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Agreste Potiguar e Natal; Vale do Acu, Seridó Ocidental, Litoral Nordeste, Macaíba e Litoral Sul possuíam localização intermediária; somente Mossoró apresentava baixa localização/concentração do emprego no setor público.

A agropecuária, último setor a ser analisado sob a prisma do QL, possui forte localização nas microrregiões de Mossoró, Vale do Acu, Macau, Litoral Nordeste e Litoral Sul; apenas Macaíba tem localização intermediária; as demais treze microrregiões tem baixa localização/concentração do emprego formal.

5.1.2 – Coeficiente de especialização ano 2000

De maneira a complementar a análise do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte, calculou-se na tabela 7 o coeficiente de especialização de cada uma das dezenove microrregiões do Estado Potiguar.

Relembrando, de acordo com Lima *et al.*, (2009) os resultados iguais a zero indicam composição setorial idêntica da microrregião em relação ao Estado, e valores próximos a um demonstram elevado grau de especialização ligado a um determinado setor, ou a microrregião apresenta uma estrutura de emprego completamente diferente da estrutura de emprego regional – no caso, do estado do Rio Grande do Norte.

De todas as microrregiões analisadas no ano 2000, as que mais se aproximariam²⁶ de algum grau de especialização, seria o Médio Oeste e a Serra de São Miguel. O curioso, entretanto, é que o setor econômico, ao menos sob a ótica do número de empregos formais, mais importante destas duas microrregiões, é a administração pública, ou seja, é como se eles fossem especializados em prestar serviço público, o que, obviamente é um fato bastante curioso, pois não se conhece nenhum serviço público que seja prestado somente nestas duas microrregiões e que levassem os habitantes das demais a se deslocarem para lá sempre que demandassem tal serviço.

Por sua vez, Natal foi a microrregião menos especializada de todas do Estado, apresentando coeficiente de especialização muito próximo a zero (0,08305).

²⁶ Para ser considerado especializado, teoricamente falando, o coeficiente de especialização teria, na verdade, que ser bem próximo a um.

Em linhas gerais, analisando os coeficientes de especialização para o ano 2000, nenhuma microrregião do Rio Grande do Norte se mostrou com alto grau de especialização econômica.

Tabela 7 – Coeficiente de especialização por microrregiões do RN, ano 2000

MICRORREGIÃO RN	Coeficiente de especialização
Mossoro	0,2564
Chapada do Apodi	0,3081
Medio Oeste	0,5324
Vale do Acu	0,2066
Serra de Sao Miguel	0,5564
Pau dos Ferros	0,3912
Umarizal	0,4621
Macau	0,2897
Angicos	0,3470
Serra de Santana	0,4279
Serido Ocidental	0,2168
Serido Oriental	0,1944
Baixa Verde	0,4019
Borborema Potiguar	0,3972
Agreste Potiguar	0,2097
Litoral Nordeste	0,4754
Macaiba	0,3739
Natal	0,0830
Litoral Sul	0,4615

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

5.2 - Cenário do emprego formal no RN: 2010

Em 2010, observando os dados sobre empregos formais da tabela 8, havia 575.026 trabalhadores formais, distribuídos dentre os oito setores econômicos, e – como no ano 2000 – a Administração Pública mostrou-se como maior empregador formal do Estado (183.683 empregos) e os serviços industriais de utilidade pública, novamente, foi o setor que menos empregou formalmente (6.177 empregos). No ano de 2010, o somatório dos empregos em serviços e comércio (248.925 empregos) ultrapassou largamente o contingente de empregados do setor público, algo bastante positivo.

Com o auxílio do gráfico 8, tem-se a contribuição relativa de cada setor econômico para o total de empregos formais no RN.

Os setores que mais empregavam trabalhadores formais em termos relativos eram administração pública (31,94%), serviços (25,5%), comércio (17,79%), indústria

de transformação (13,00%), construção civil (6,7%), agropecuária (2,48%), extração mineral (1,51%) e os serviços industriais de utilidade pública com menor proporção (1,07%).

Assim, acelerou-se o crescimento²⁷ do setor terciário, em especial nas atividades privadas, contribuindo para o aumento da dinamização econômica do Rio Grande do Norte, ou seja, diminui-se a dependência do setor público.

Tabela 8 – Empregos formais* por microrregião e setor econômico, RN – ano 2010

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	TOTAL
Mossoro	5.201	8.284	253	6.101	15.557	17.037	9.048	4.870	66.351
Chapada do Apodi	323	449	15	57	792	355	2.524	135	4.650
Médio Oeste	0	18	6	11	116	74	2.048	34	2.307
Vale do Acu	533	1.908	161	1.032	2.564	1.669	5.957	2.468	16.292
Serra de Sao Miguel	0	22	20	5	228	86	2.755	2	3.118
Pau dos Ferros	0	401	110	314	1.344	817	5.037	7	8.030
Umarizal	0	30	32	55	373	177	3.041	11	3.719
Macau	959	797	155	1.344	1.229	838	2.975	511	8.808
Angicos	140	107	17	66	365	290	2.865	70	3.920
Serra de Santana	23	147	32	8	414	432	3.010	6	4.072
Serido Ocidental	18	3.155	104	245	3.293	1.870	3.965	104	12.754
Serido Oriental	755	3.661	74	413	2.815	1.284	4.896	107	14.005
Baixa Verde	26	169	16	101	665	204	2.618	257	4.056
Borborema Potiguar	3	787	60	160	1.207	1.878	6.258	66	10.419
Agreste Potiguar	53	2.069	58	486	1.820	549	9.359	456	14.850
Litoral Nordeste	52	270	92	74	431	745	3.792	888	6.344
Macaíba	421	10.864	202	2.670	4.408	3.578	9.671	1.682	33.496
Natal	203	36.130	4.719	24.854	63.164	112.341	97.570	1.369	340.350
Litoral Sul	0	5.508	51	512	1.506	2.410	6.294	1.204	17.485
TOTAL GERAL EMPREGADOS	8.710	74.776	6.177	38.508	102.291	146.634	183.683	14.247	575.026

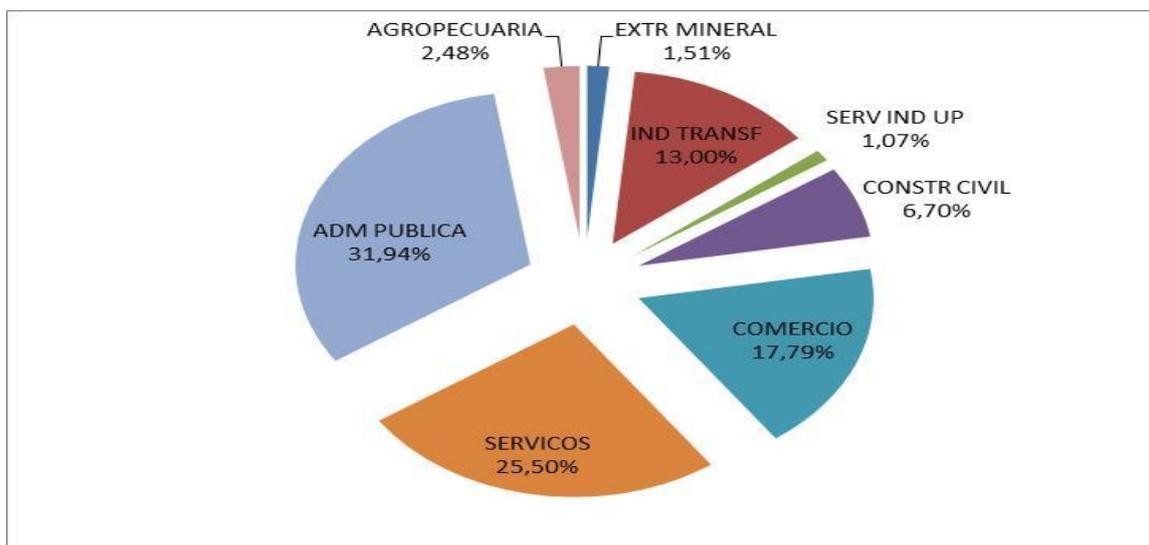
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

*Somatório vertical (colunas) é o total de empregos formais por setor econômico; somatório horizontal (linhas) é o total de empregos por microrregião.

Sob a ótica das microrregiões, a de Natal, como no ano 2000, concentrava – em 2010 – a maioria dos trabalhadores formais, em uma quantidade de 340.350 empregados ou 59,19% do total. A microrregião do Médio Oeste, mais uma vez, possuía a menor proporção (0,4% ou 2307 empregados formais) no RN. Os dados de cada microrregião estão no gráfico 9.

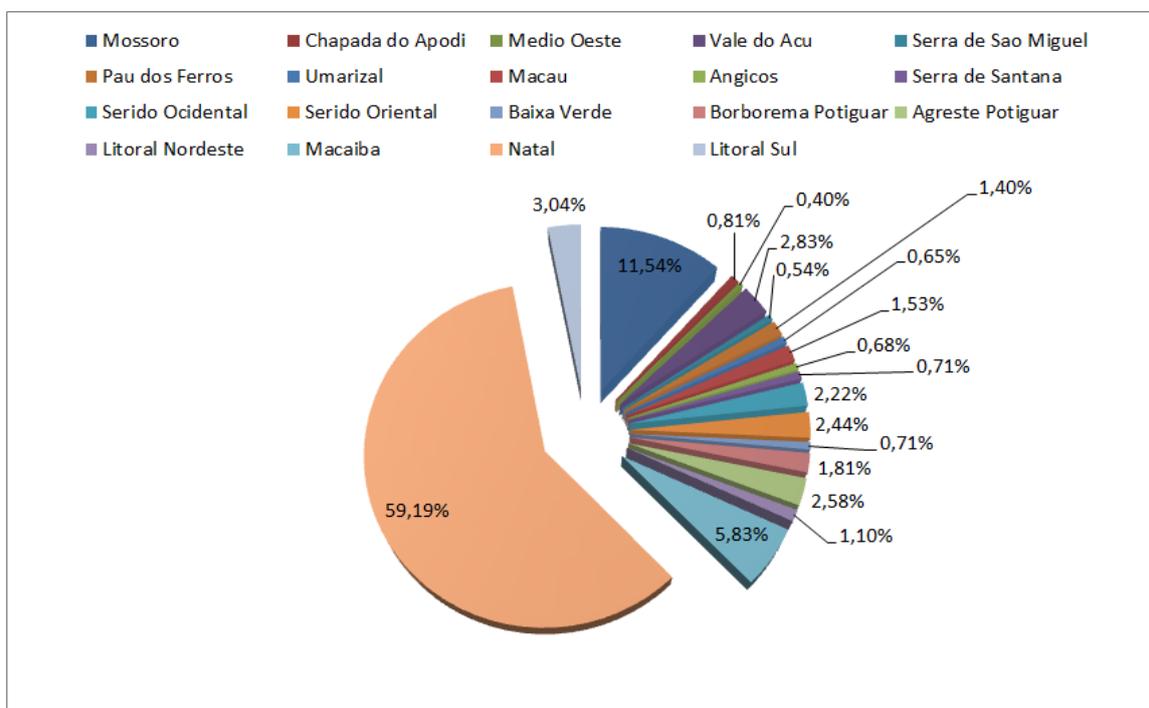
²⁷ A primeira década do século XXI no RN seguiu a tendência nacional de forte alta dos setores de comércio, serviço e construção civil.

Gráfico 8 – Contribuição relativa dos setores econômicos para o emprego formal, RN, ano 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Gráfico 9 – Participação relativa do emprego formal nas microrregiões em relação ao total de empregados formais, RN, ano 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Tabela 9 – Proporção de empregos formais por microrregião em cada setor econômico, RN – ano 2010

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICIOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	59,71%	11,08%	4,10%	15,84%	15,21%	11,62%	4,93%	34,18%
Chapada do Apodi	3,71%	0,60%	0,24%	0,15%	0,77%	0,24%	1,37%	0,95%
Medio Oeste	0,00%	0,02%	0,10%	0,03%	0,11%	0,05%	1,11%	0,24%
Vale do Acu	6,12%	2,55%	2,61%	2,68%	2,51%	1,14%	3,24%	17,32%
Serra de Sao Miguel	0,00%	0,03%	0,32%	0,01%	0,22%	0,06%	1,50%	0,01%
Pau dos Ferros	0,00%	0,54%	1,78%	0,82%	1,31%	0,56%	2,74%	0,05%
Umarizal	0,00%	0,04%	0,52%	0,14%	0,36%	0,12%	1,66%	0,08%
Macau	11,01%	1,07%	2,51%	3,49%	1,20%	0,57%	1,62%	3,59%
Angicos	1,61%	0,14%	0,28%	0,17%	0,36%	0,20%	1,56%	0,49%
Serra de Santana	0,26%	0,20%	0,52%	0,02%	0,40%	0,29%	1,64%	0,04%
Serido Ocidental	0,21%	4,22%	1,68%	0,64%	3,22%	1,28%	2,16%	0,73%
Serido Oriental	8,67%	4,90%	1,20%	1,07%	2,75%	0,88%	2,67%	0,75%
Baixa Verde	0,30%	0,23%	0,26%	0,26%	0,65%	0,14%	1,43%	1,80%
Borborema Potiguar	0,03%	1,05%	0,97%	0,42%	1,18%	1,28%	3,41%	0,46%
Agreste Potiguar	0,61%	2,77%	0,94%	1,26%	1,78%	0,37%	5,10%	3,20%
Litoral Nordeste	0,60%	0,36%	1,49%	0,19%	0,42%	0,51%	2,06%	6,23%
Macaíba	4,83%	14,53%	3,27%	6,93%	4,31%	2,44%	5,27%	11,81%
Natal	2,33%	48,32%	76,40%	64,54%	61,75%	76,61%	53,12%	9,61%
Litoral Sul	0,00%	7,37%	0,83%	1,33%	1,47%	1,64%	3,43%	8,45%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Observando os dados da tabela 9, desta vez para cada setor econômico, é possível analisar, dado o quantitativo de emprego formal gerado em cada setor, onde estava concentrada a maior parte dos trabalhadores, o que, por conseguinte, pode vir a sinalizar para uma possível especialização econômica em determinadas microrregiões.

No setor de extração mineral a microrregião de Mossoró concentrava mais da metade dos empregos formais, aumentando ainda mais a sua participação dentro do setor extrativo. Macau permaneceu em segundo lugar com 11,01% dos empregos, dentro do mesmo setor, e o Seridó Oriental estava em terceiro lugar (8,67%).

Na agropecuária a microrregião de Mossoró concentrava mais de 1/3 dos trabalhadores formais, seguida de Vale do Acu (17,32%) e Macaíba (11,81%). Tal resultado não poderia ser de outra forma, pois a pauta de produção agrícola e pecuária está distribuída segundo a tabela a seguir:

Tabela 10 – Municípios de destaque* na produção agrícola relacionado com o produto, RN, 2010

Produto agrícola	Municípios com maior produção
Manga	Ipanguaçu; Acu; Carnaubais
Castanha de Caju	Serra do Mel; Macaíba; Apodi; Cerro Corá; Mossoró
Banana	Ipanguaçu; Alto do Rodrigues; Touros; Acu; Rio do Fogo; Carnaubais
Melão	Mossoró; Baraúna; Macau
Abacaxi	Touros; Ielmo Marinho; Pureza; São Miguel do Gostoso; São Gonçalo do Amarante; Ceará-Mirim
Melancia	Serra do Mel; Baraúna; Apodi; Mossoró; Upanema
Coco-da-baía	Touros; São Miguel do Gostoso; Ceará-mirim
Mandioca	Touros; Serra Caiada; Macaíba; Serrinha; Vera Cruz; Brejinho
Cana-de-açúcar	Baía Formosa; Ceará-Mirim; Canguaretama; Goianinha; São José do Mipibu

Fonte: Elaboração própria a partir de Carvalho *et al.*, (2011) .

*alguns dados da tabela são referentes à produção de 2009.

A indústria de transformação, sob a ótica do emprego formal, se encontrava concentrado em Natal, Macaíba e Mossoró (juntos com 73,93%) até por causa da conversão de matérias primas em produtos finais, processo normalmente capitaneado próximo aos grandes centros consumidores.

Na construção civil as microrregiões de Natal e Mossoró, juntos com 80,38%, continuaram a monopolizar os postos de trabalho formais, mesmo essa proporção reduzindo-se em relação ao ano 2000. Ou seja, ao que parece as duas mais ricas e populosas microrregiões potiguares permaneceram recebendo a maior parte dos investimentos públicos e privados deste setor econômico.

No comércio, durante 2010, Natal e Mossoró empregavam, juntos, 76,96% dos trabalhadores deste setor, uma redução em relação aos 82% do ano 2000 permanecendo como os dois principais pólos comerciais do Estado.

O setor de serviços refletiu o crescimento da microrregião de Mossoró, que passou a deter 11,62% dos empregos deste setor. Natal aumentou ainda mais a sua fatia de participação vindo a deter 76,61% do quantitativo de trabalhadores formais. Nas demais microrregiões a prestação de serviços permaneceu sem maior relevância.

A administração pública continuou a ter destaque em todas as microrregiões. Natal perdeu importância relativa, porém ainda detém mais de 50% dos empregos do serviço público. Nota-se, então, que o serviço público cresceu para outras microrregiões, provavelmente melhorando o desempenho das atividades da Administração Pública fora da capital do Estado.

Por fim, os serviços industriais de utilidade pública concentraram-se ainda mais na microrregião de Natal, tendo esta aumentado sua participação de 63,11% no ano 2000 para 76,4% em 2010.

Outra importante análise a ser realizada é, em cada microrregião, qual a distribuição do número de empregos formais dentro de cada setor econômico. A tabela 11 visa demonstrar esses valores para todas as microrregiões.

Tabela 11 – Proporção de empregos formais por setor econômico em relação ao total da microrregião, RN – ano 2010

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	7,84%	12,49%	0,38%	9,20%	23,45%	25,68%	13,64%	7,34%
Chapada do Apodi	6,95%	9,66%	0,32%	1,23%	17,03%	7,63%	54,28%	2,90%
Medio Oeste	0,00%	0,78%	0,26%	0,48%	5,03%	3,21%	88,77%	1,47%
Vale do Acu	3,27%	11,71%	0,99%	6,33%	15,74%	10,24%	36,56%	15,15%
Serra de Sao Miguel	0,00%	0,71%	0,64%	0,16%	7,31%	2,76%	88,36%	0,06%
Pau dos Ferros	0,00%	4,99%	1,37%	3,91%	16,74%	10,17%	62,73%	0,09%
Umarizal	0,00%	0,81%	0,86%	1,48%	10,03%	4,76%	81,77%	0,30%
Macau	10,89%	9,05%	1,76%	15,26%	13,95%	9,51%	33,78%	5,80%
Angicos	3,57%	2,73%	0,43%	1,68%	9,31%	7,40%	73,09%	1,79%
Serra de Santana	0,56%	3,61%	0,79%	0,20%	10,17%	10,61%	73,92%	0,15%
Serido Ocidental	0,14%	24,74%	0,82%	1,92%	25,82%	14,66%	31,09%	0,82%
Serido Oriental	5,39%	26,14%	0,53%	2,95%	20,10%	9,17%	34,96%	0,76%
Baixa Verde	0,64%	4,17%	0,39%	2,49%	16,40%	5,03%	64,55%	6,34%
Borborema Potiguar	0,03%	7,55%	0,58%	1,54%	11,58%	18,02%	60,06%	0,63%
Agreste Potiguar	0,36%	13,93%	0,39%	3,27%	12,26%	3,70%	63,02%	3,07%
Litoral Nordeste	0,82%	4,26%	1,45%	1,17%	6,79%	11,74%	59,77%	14,00%
Macaiba	1,26%	32,43%	0,60%	7,97%	13,16%	10,68%	28,87%	5,02%
Natal	0,06%	10,62%	1,39%	7,30%	18,56%	33,01%	28,67%	0,40%
Litoral Sul	0,00%	31,50%	0,29%	2,93%	8,61%	13,78%	36,00%	6,89%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Em 2010 a alta participação da administração pública no total de empregados formais continuou a ser um fato de destaque. Em todas as microrregiões a sua participação era superior a 10% do total e em cinco delas o peso relativo era superior a 70%. Comércio e serviços também se destacaram, sendo, juntos, os maiores empregadores em três microrregiões.

Cabe agora aplicar o quociente locacional e o coeficiente de especialização, para avançar ou não em uma possível concentração espacial ou especialização do emprego no Rio Grande do Norte em 2010.

5.2.1 – Quociente locacional ano 2010

O cálculo do quociente locacional para os setores econômicos e microrregiões do Rio Grande do Norte encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 12 – Quocientes locacionais por microrregiões e setores econômicos do RN, ano 2010

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA
Mossoro	5,175	0,960	0,355	1,373	1,318	1,007	0,427	2,962
Chapada do Apodi	4,586	0,743	0,300	0,183	0,957	0,299	1,699	1,172
Medio Oeste	0,000	0,060	0,242	0,071	0,283	0,126	2,779	0,595
Vale do Acu	2,160	0,901	0,920	0,946	0,885	0,402	1,145	6,114
Serra de Sao Miguel	0,000	0,054	0,597	0,024	0,411	0,108	2,766	0,026
Pau dos Ferros	0,000	0,384	1,275	0,584	0,941	0,399	1,964	0,035
Umarizal	0,000	0,062	0,801	0,221	0,564	0,187	2,560	0,119
Macau	7,188	0,696	1,638	2,279	0,784	0,373	1,057	2,342
Angicos	2,358	0,210	0,404	0,251	0,523	0,290	2,288	0,721
Serra de Santana	0,373	0,278	0,732	0,029	0,572	0,416	2,314	0,059
Serido Ocidental	0,093	1,902	0,759	0,287	1,451	0,575	0,973	0,329
Serido Oriental	3,559	2,010	0,492	0,440	1,130	0,360	1,094	0,308
Baixa Verde	0,423	0,320	0,367	0,372	0,922	0,197	2,021	2,557
Borborema Potiguar	0,019	0,581	0,536	0,229	0,651	0,707	1,880	0,256
Agreste Potiguar	0,236	1,071	0,364	0,489	0,689	0,145	1,973	1,239
Litoral Nordeste	0,541	0,327	1,350	0,174	0,382	0,461	1,871	5,650
Macaíba	0,830	2,494	0,561	1,190	0,740	0,419	0,904	2,027
Natal	0,039	0,816	1,291	1,090	1,043	1,294	0,897	0,162
Litoral Sul	0,000	2,422	0,272	0,437	0,484	0,541	1,127	2,779

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Pela observação da tabela 12 o setor extrativo mineral se destacava nas microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi, Vale do Acu, Macau, Angicos e Seridó Oriental todas com $QL > 1$. Em 2010, além de Macaíba, o Litoral Nordeste possuía localização média, sendo fraca em todas as demais microrregiões.

A indústria de transformação se destacava nas microrregiões de Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Agreste Potiguar, Macaíba²⁸ e Litoral Sul, a localização é considerada média, sendo fraca nas demais.

No que tange aos serviços industriais de utilidade pública, havia localização forte em Pau dos Ferros, Macau, Litoral Nordeste e Natal.

²⁸ Do ponto de vista do QL, Natal deixou de ter forte concentração espacial da indústria de transformação. Provavelmente essa produção migrou para a microrregião de Macaíba, onde é possível obter mais incentivos fiscais e governamentais.

Para o setor de construção civil, Mossoró, Macau, Macaíba e Natal apresentavam forte localização; no Vale do Acu e em Pau dos Ferros a localização era média; havia fraca localização nas demais microrregiões.

Na atividade comercial, Mossoró, Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Natal possuíam $QL \geq 1$, indicando forte localização/concentração, ou seja, a consolidação dessas microrregiões como pólos comerciais do Estado.

No setor de serviços, as microrregiões de Natal e Mossoró possuíam forte localização/concentração, demonstrando o dinamismo destas duas microrregiões no setor terciário norte rio-grandense.

A administração pública continuou a chamar atenção no final da primeira década do século XXI, assim como já ocorria no ano 2000. Sob a ótica do QL, quinze microrregiões – no setor administrativo público – apresentavam forte localização/concentração do emprego formal. Somente Mossoró permaneceu com baixa localização/concentração do emprego no setor público.

A agropecuária, último setor a ser analisado sob o prisma do QL, possui forte localização nas microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi, Vale do Acu, Macau, Baixa Verde, Agreste Potiguar, Litoral Nordeste, Macaíba e Litoral Sul. Em 2010, apenas o Médio Oeste e Angicos tinham localização intermediária; as demais microrregiões tinham baixa localização/concentração do emprego formal.

5.2.2 – Coeficiente de especialização ano 2010

De maneira a complementar a análise do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte, calculou-se na tabela 13 o coeficiente de especialização de cada uma das dezenove microrregiões do Estado Potiguar.

De todas as microrregiões analisadas no ano 2010, apenas o Médio Oeste apresentou um coeficiente de especialização acima de 0,5 – embora ainda longe do patamar que caracterizaria especialização.

Por sua vez, Natal permaneceu como a microrregião menos especializada de todas do Estado, apresentando coeficiente de especialização muito próximo à zero (0,0919).

Em linhas gerais, analisando os coeficientes de especialização para o ano 2010, nenhuma microrregião do Rio Grande do Norte se mostrou com alto grau de especialização econômica, algo já observado dez anos antes, no ano 2000.

Tabela 13 – Coeficiente de especialização por microrregiões do RN, ano 2010

MICRO REG RN	Coeficiente de especialização
Mossoro	0,1952
Chapada do Apodi	0,2819
Medio Oeste	0,5683
Vale do Acu	0,1905
Serra de Sao Miguel	0,5641
Pau dos Ferros	0,3108
Umarizal	0,4983
Macau	0,2378
Angicos	0,4320
Serra de Santana	0,4198
Serido Ocidental	0,1976
Serido Oriental	0,2234
Baixa Verde	0,3646
Borborema Potiguar	0,2812
Agreste Potiguar	0,3260
Litoral Nordeste	0,3973
Macaiba	0,2325
Natal	0,0919
Litoral Sul	0,2696

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE.

5.3 - Emprego formal no Rio Grande do Norte – 2000 vs 2010

Após a análise detalhada e cálculos dos QL's e CEj's do emprego formal nas dezenove microrregiões, em cada um dos oito setores econômicos no Rio Grande do Norte, tanto para o ano 2000 quanto para o ano 2010, cabe fazer um comparativo no intuito de entender a evolução ocorrida no emprego formal – no RN – ao longo destes dez anos.

Para isto, observem-se as tabelas 14 e 15 a seguir:

Tabela 14 – Variação absoluta no número de empregados formais nas microrregiões e setores econômicos, no RN (2010 vs 2000)

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	TOTAL
Mossoro	2.859	3.214	-25	4.552	9.547	10.812	3.676	-27	34.608
Chapada do Apodi	300	275	-7	-90	592	189	941	113	2.313
Medio Oeste	-25	2	-6	4	100	59	780	12	926
Vale do Acu	248	894	108	710	1.632	988	3.351	702	8.633
Serra de Sao Miguel	0	11	-2	5	201	54	1.277	0	1.546
Pau dos Ferros	0	306	7	50	994	526	1.401	-61	3.223
Umarizal	0	-27	-4	43	269	42	1.107	-2	1.428
Macau	-9	619	146	1.196	826	591	1.370	240	4.979
Angicos	128	66	6	8	201	70	1.362	36	1.877
Serra de Santana	23	82	7	-210	344	293	1.381	-1	1.919
Serido Ocidental	4	1.326	16	203	2.086	755	1.909	44	6.343
Serido Oriental	479	1.424	5	287	1.763	360	1.394	25	5.737
Baixa Verde	26	112	1	101	544	38	1.172	233	2.227
Borborema Potiguar	3	466	5	85	892	1.624	2.438	32	5.545
Agreste Potiguar	29	1.229	20	340	1.412	-534	5.335	294	8.125
Litoral Nordeste	49	245	46	46	274	-3.633	2.485	379	-109
Macaiba	275	2.070	63	2.158	3.154	2.195	5.044	1.060	16.019
Natal	-435	17.072	2.907	14.733	34.681	57.559	20.793	-313	146.997
Litoral Sul	-23	4.615	13	475	1.098	1.234	3.838	-4.048	7.202
TOTAL	3.931	34.001	3.306	24.696	60.610	73.222	61.054	-1.282	259.538

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

Tabela 15 – Variação* percentual no número de empregados formais nas microrregiões e setores econômicos, no RN (2010 vs 2000)

MICRO REG RN	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	TOTAL
Mossoro	122,08%	63,39%	-8,99%	293,87%	158,85%	173,69%	68,43%	-0,55%	109,03%
Chapada do Apodi	1304,35%	158,05%	-31,82%	-61,22%	296,00%	113,86%	59,44%	513,64%	98,97%
Medio Oeste	-100,00%	12,50%	-50,00%	57,14%	625,00%	393,33%	61,51%	54,55%	67,05%
Vale do Acu	87,02%	88,17%	203,77%	220,50%	175,11%	145,08%	128,59%	39,75%	112,72%
Serra de Sao Miguel	0,00%	100,00%	-9,09%	NA	744,44%	168,75%	86,40%	0,00%	98,35%
Pau dos Ferros	NA	322,11%	6,80%	18,94%	284,00%	180,76%	38,53%	-89,71%	67,05%
Umarizal	NA	-47,37%	-11,11%	358,33%	258,65%	31,11%	57,24%	-15,38%	62,33%
Macau	-0,93%	347,75%	1622,22%	808,11%	204,96%	239,27%	85,36%	88,56%	130,03%
Angicos	1066,67%	160,98%	54,55%	13,79%	122,56%	31,82%	90,62%	105,88%	91,87%
Serra de Santana	NA	126,15%	28,00%	-96,33%	491,43%	210,79%	84,78%	-14,29%	89,13%
Serido Ocidental	28,57%	72,50%	18,18%	483,33%	172,83%	67,71%	92,85%	73,33%	98,94%
Serido Oriental	173,55%	63,66%	7,25%	227,78%	167,59%	38,96%	39,81%	30,49%	69,39%
Baixa Verde	NA	196,49%	6,67%	NA	449,59%	22,89%	81,05%	970,83%	121,76%
Borborema Potiguar	NA	145,17%	9,09%	113,33%	283,17%	639,37%	63,82%	94,12%	113,77%
Agreste Potiguar	120,83%	146,31%	52,63%	232,88%	346,08%	-49,31%	132,58%	181,48%	120,82%
Litoral Nordeste	1633,33%	980,00%	100,00%	164,29%	174,52%	-82,98%	190,13%	74,46%	-1,69%
Macaiba	188,36%	23,54%	45,32%	421,48%	251,52%	158,71%	109,01%	170,42%	91,66%
Natal	-68,18%	89,58%	160,43%	145,57%	121,76%	105,07%	27,08%	-18,61%	76,03%
Litoral Sul	-100,00%	516,80%	34,21%	1283,78%	269,12%	104,93%	156,27%	-77,08%	70,04%
TOTAL	82,26%	83,39%	115,15%	178,80%	145,41%	99,74%	49,79%	-8,26%	82,27%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e RAIS/MTE

* NA = não avaliável, eis que o resultado do cálculo é uma indeterminação matemática.

As tabelas 14 e 15 deixam claro quais foram os setores e microrregiões que criaram ou destruíram empregos formais neste intervalo de tempo. Vários fatos observados chamam bastante atenção.

Primeiramente, de todas as microrregiões do RN, apenas o Litoral Nordeste reduziu o total de empregos formais quando se compara 2000 com 2010 (109 empregos formais “destruídos”), significou percentualmente queda de 1,69%. O que explicou esse fenômeno foi a forte redução²⁹ do setor de serviços naquela microrregião, pois todos os demais setores geraram – em termos relativos – muitos empregos formais.

Outro destaque negativo – sob a ótica do trabalho – foi o setor de agropecuária que eliminou 1.282 postos de trabalho formal neste interim de tempo, ou uma queda relativa de 8,26%. Aqui a explicação parece recair sobre a mecanização da agricultura e sobre o fechamento de algumas empresas, com destaque para a quebra da Mossoró Agroindustrial S.A. – Maisa. O setor agropecuário encolheu também, sob o prisma do emprego, além de Mossoró, em Pau dos Ferros, Umarizal, Serra de Santana, Natal e Litoral Sul, tendo, esta última microrregião, fechado 4.048 vagas formais.

No campo positivo, o RN soube se aproveitar da chamada “década do emprego formal” (DIEESE, 2012), criando 259.538 empregos formais, destacando-se³⁰ em termos absolutos o setor de serviços e comércio.

A administração pública foi a segunda maior geradora de empregos (61.054 vagas formais), refletindo a expansão dos serviços disponíveis para a população. Neste intervalo de tempo houve forte expansão de órgãos públicos, principalmente federais (IFRN, UFRN, UFERSA).

A construção civil também acompanhou a grande expansão a nível nacional, gerando 24.696 empregos formais (alta de 178,8% em termos relativos). Durante esta década o RN observou um aumento da atividade imobiliária residencial e comercial, além de investimentos públicos em infraestrutura, como, por exemplo, a ponte Newton Navarro, o programa de adutoras, início da duplicação de rodovias, tudo isto no cenário em que o governo federal começa a acelerar o investimento público com programas como o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e o “Minha Casa Minha Vida”.

²⁹ Não é foco de este trabalho pesquisar o exato motivo desta crise no setor de serviços na microrregião do Litoral Nordeste. Entretanto, em uma leitura inicial, parece que esta parte do Rio Grande do Norte foi fortemente atingida pela crise mundial de 2009, eis que havia diversos megaprojetos turísticos em fase de planejamento e que foram suspensos ou cancelados após este período.

³⁰ Comércio e serviços, juntos, criaram 133.832 trabalhos formais quando se compara 2000 com 2010.

Um último setor a ser destacado é o de comércio. A atividade comercial gerou 60.610 empregos formais, expandindo o estoque de empregados deste setor em 145,41%. Aqui o Rio Grande do Norte beneficiou-se de um fenômeno observado em todo o Brasil, que foram: forte valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, formalização do mercado de trabalho e queda da taxa de desemprego, aumento da massa salarial, queda das taxas de juros e expansão do crédito, tudo isto trazendo uma nova leva de consumidores que até então estavam marginalizados da economia.

Este trabalho concentrou-se no estudo da concentração espacial e especialização da atividade econômica tendo como variável de estudo o emprego formal, nas dezenove microrregiões e oito setores econômicos do RN. Através de um comparativo entre os quocientes locacionais e os coeficientes de especialização, alguns fatos tomam destaque.

Importante destacar que, tanto no ano 2000 como em 2010, nenhuma³¹ microrregião mostrou-se especializada, eis que os coeficientes de especialização não convergiam para a unidade. Este resultado por um lado pode sinalizar uma boa distribuição das atividades econômicas ao longo do Estado, mas por outro foco, também pode ilustrar que algumas vantagens naturais ou competitivas destas microrregiões podem não estar sendo plenamente utilizadas.

A administração pública permaneceu ao longo de toda a década com forte concentração espacial dentro das microrregiões, demonstrando a grande presença e importância³² do Estado no mercado de trabalho formal potiguar. Assim o seu desempenho também será fator preponderante para a própria dinâmica do emprego formal nos próximos anos.

No setor de comércio, houve a consolidação das microrregiões de Natal, Mossoró e da Região do Seridó como os três pólos comerciais principais do Estado. Por outro lado, ainda há baixa concentração/localização de atividades comerciais nas microrregiões do Médio Oeste, Serra de São Miguel, Litoral Nordeste e Litoral Sul. Deve haver políticas públicas de incentivo direto e indireto de fomento para o comércio

³¹ Foi visto que em algumas microrregiões, a participação da administração pública no total de empregos atingiu percentuais altíssimos, inclusive com coeficientes de especialização acima de 0,5 em Serra de São Miguel (0,5682) e no Médio Oeste (0,5641). Porém, isso não pode significar, nem em termos econômicos e nem em termos estatísticos, que aquelas microrregiões desenvolvem atividades públicas especializadas.

³² Tanto no ano 2000 quanto em 2010, o setor de administração pública era o maior empregador formal do RN.

e outros setores privados visando fortalecer o emprego formal em outras atividades que não apenas a administração pública.

No que tange ao setor de construção civil e serviços, nota-se um subaproveitamento do potencial econômico e, por conseguinte, de geração de empregos formais, eis que, em serviços, só duas microrregiões (Natal e Mossoró) e na construção civil, apenas quatro microrregiões (Natal, Mossoró, Macau e Litoral Sul) possuíam um $QL > 1$. Foi visto ao longo de todo este trabalho como estes setores foram primordiais para o bom desempenho econômico brasileiro e a sua capacidade de dinamizar a economia. Assim, é nítida a necessidade de fomentar estes dois setores nas demais microrregiões, através de medidas como, por exemplo, maiores investimentos em estradas, aeroportos regionais, rodovias, ferrovias, terminais portuários, construção e reforma de moradias, reservatórios de água, saneamento básico, telecomunicações.

6 - CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi visto que a concentração e desenvolvimento de determinados setores e regiões está condicionado a uma série de fatores. Ter um solo com riquezas minerais e/ou agricultável pode, naturalmente, levar a economia local para a atividade mineral e/ou agrícola; uma grande população, em especial com bom poder de compra é capaz de incentivar o aparecimento e desenvolvimento do setor de comércio e serviços; belezas naturais tendem a conduzir à atividade turística.

Entretanto, em todos os setores econômicos, em maior ou menor grau, a intervenção do Estado através de políticas públicas pode, sim, direcionar o desenvolvimento para determinadas atividades econômicas ou áreas geográficas.

Através da análise dos quocientes locacionais e dos coeficientes de especialização para as microrregiões e setores econômicos no Rio Grande do Norte, foi evidenciado que alguns setores econômicos dentro de determinadas microrregiões estão fortemente concentrados espacialmente. Em que pese isto, nenhuma microrregião norte rio-grandense, ao menos sob a luz dos instrumentos de Análise Regional, especializou-se em um dos oito setores econômicos, seja no ano 2000 ou no ano de 2010.

Cabe ressaltar, que as estatísticas regionais servem principalmente para descrever situações observadas no contexto econômico, tendo baixa capacidade de explicar o porquê aquele fenômeno está ocorrendo. Daí a importância de se utilizar um “raciocínio econômico” nas análises dos dados obtidos.

Assim, embora nenhuma microrregião do Estado tenha se mostrado especializado em algum setor econômico, é de conhecimento público que algumas cidades pertencentes a estas microrregiões se focam em determinada atividade. Macau é extremamente conhecida pelas suas salinas; Mossoró, Guamaré e Alto do Rodrigues pela atividade petrolífera; Currais Novos pelas minas de xelita; Acu pela atividade ceramista, em especial a cerâmica vermelha.

Outro enfoque importante é que este trabalho apenas estudou a concentração espacial e especialização econômica sob a ótica do número de empregos formais, não levando em consideração outras variáveis da economia – pib per capita, geração de valor agregado, etc. – também importantes em uma análise mais acurada.

Para trabalhos futuros sugere-se a aplicação de outros modelos mais avançados da análise econômica regional, modelos estes que, além de fornecer uma análise

descritiva também sejam capazes de revelar as causas da concentração espacial e especialização econômica. Estudos sobre o emprego formal com enfoque qualitativo igualmente seria de grande valia, ao permitir não apenas quantificar a evolução das variáveis, mas também a qualidade deste progresso.

Por fim, mesmo sendo estatísticas regionais essencialmente descritivas, o cálculo dos QL's e CEj's para o Rio Grande do Norte, no período 2000 e 2010, mostrou os setores econômicos que se destacaram na criação de empregos formais e a força destes setores dentro de cada microrregião. No Rio Grande do Norte, ainda há um forte peso da administração pública como empregadora em diversas microrregiões, fator este que deve ser objeto de reflexão no intuito de desenvolverem-se atividades privadas capazes de gerar empregos formais. O cálculo dos QL's igualmente pode ser levado em consideração pelos formuladores de políticas públicas no sentido de promover a desconcentração das atividades econômicas e evitar uma dependência excessiva de algum setor, em especial aqueles que se exaurem com o tempo de produção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucir Reinaldo, ... [et al.] **Análise do Desempenho Setorial das Regiões Brasileiras (1990-2000)**. In: **Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.5, n.1, jan./jun., 2004.

ALVES, L.; LIMA, J. F.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 24-46, 2006.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Brasil nos Anos Noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n.2, p. 9-24, 1999.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acesso em 10.jan.2013.

AVILA, Róber Iturriet. **“Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.39, n.4, p. 83-92, 2012.

BARROS, R. C. & SABOIA, J. & KUBRUSLY, L. S. (2008). Diferenciação Regional da Geração de Empregos Formais no Brasil no Quadriênio 2003/2006. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 39(2).

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2002.

CAMARGOS, Marco Antônio de. Reflexões sobre o Cenário Econômico Brasileiro na Década de 90. In: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, **Anais Eletrônicos do XXII ENEGEP...** Curitiba: AGEPRO, 2002. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918.pdf > . Acesso em: 11.jan.2013.

CARVALHO, Edilson Alves de; FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Atlas Escolar Rio Grande do Norte: Estudo Geo-Histórico e Cultural**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2011.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000./** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. Mudança do padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Ipardes, v. 8, n. 2, p. 32-42, fev. 1986.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos avançados**, São Paulo, v.12, n.34, p.121-159, 1998.

ESTEBAN-MARQUILLAS J. M. Reinterpretation of Shift-Share Analysis. **Regional Science and Urban Economics**. [S.l.], v. 2, n. 3, p. 249-55, 1972.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick; Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval de; Toneto Jr. , Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6.ed . São Paulo: Atlas, 2006.

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. **Econometria**. 2ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL(INE). Conceitos e metodologias: medidas de especialização regional. **Revista de Estudos Regionais: Região de Lisboa e Vale do Tejo**. 2.º Semestre de 2002. Disponível em: <http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=107015&att_display=n&att_download=y>. Acesso em: 10.jan.2013.

ISARD, W. **Methods of regional analysis**. Cambridge: MIT Press, 1960.

ISARD, W. **Métodos de análisis regional: una introducción a la ciencia regional**. Ariel, 1971. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). RAIS / RAISESTB, Competência 2006-2009, 2010.

ISARD, W et al. **Methods of regional and interregional analysis**, Ashgate: Aldershot, 1998.

LARA, Fernando Maccari; FIORI, Tomás Pinheiro; ZANIN, Vanclei. **Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul**. In: Textos para Discussão FEE, n.083 (2010) - ISSN 1984-5588.

LIMA, P. “A abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento: o Nordeste em realce”. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, Ano 16, n.29, março 1998.

LIMA, Jandir Ferreira de., ... [*et al.*]. Mudanças Estruturais da Ocupação da mão-de-obra na Economia Regional do Sudoeste Paranaense no Início do Século XXI. In: urbe.

Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 137-150, jul./dez. 2009 – ISSN 2175-3369.

MEDEIROS, C. A. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In Fiori, J. L. e Tavares, M. C. (org.) **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização**, Editora Vozes, Petrópolis, 1997.

NEGRI, Fernanda de; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília: IPEA, n.13, p.7-14, maio 2011.

GUIMARÃES NETO, L. **Dinâmica regional brasileira**. Brasília: Ipea, relatório de pesquisa, 1996.

PAIVA, Witalo de; CAVALCANTE, Alexandre Lira; ALBUQUERQUE, Daniele Passos de Lima, **Localização Industrial: Evidências para a economia cearense**. Texto para Discussão, n. 44. Fortaleza: SEPLAG/IPECE, 2007.

PÉREZ, C. La modernización industrial en América Latina y la herencia de la sustitución de importaciones. **Comercio Exterior**, v. 46, n. 5, p. 347-363, mayo 1996.

PIMENTEL, E. & HADDAD, E. (2005). “Brazilian Regional Inequalities Reexamined: a spatial approach”. In CARVALHO, J. & HERMANNNS, K. (Org.) **Políticas e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

SABOIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p. 69-116, abril 2000.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, **Anais Eletrônicos do Encontro Internacional...** Rio de Janeiro:IE/UFRJ, 3 a 5 ago. 2011.

Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/57.pdf>. Acesso em: 11.jan.2013.

SHICKLER, S. **Teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos.** In:HADDAD, P.R. **Planejamento regional: método e aplicação ao caso brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972 (Série Monográfica, 8).

SILVA, José Antonio Rodrigues da; MONTE, Paulo Aguiar do. Dinâmica regional e setorial do emprego no Brasil: 1997 a 2007. **Revista de Economia**, v. 37, n. 7 (ano 35), p. 78-105, maio/ago. 2011.

SILVEIRA, Raul. **Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no Período 1950-2000.** In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.36, nº2, abr-jun.2005.

SIMÕES, R. F., **Métodos de Análise Regional e Urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento.** Texto para Discussão, n. 259. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2005.

SPEROTTO, Fernanda Queiroz ; TARTARUGA, Iván G. Peyré . **A concentração espacial do emprego formal e da massa salarial no Rio Grande do Sul – Brasil: metodologia e tipologia.**In: International Meeting on Regional Science, 2010, Badajoz/Spain, Elvas/Portugal. International Meeting on Regional Science. Badajoz (Spain): Asociación Española de Ciencia Regional (AEER), 2010. p. 1-25.

ANEXOS

ANEXO I – DEFINIÇÃO DOS OITO SETORES ECONÔMICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA. FONTE: IBGE/CNAE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A administração pública tem como finalidade prestar serviços de natureza gratuita à coletividade, os quais são financiados através dos impostos pagos pela sociedade. É constituída por unidades que têm como função principal produzir serviços não-mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não-mercantis quando prestados a preços economicamente não-significativos. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelos demais agentes na forma de impostos, taxas e contribuições sociais. Dentre os serviços prestados, destacam-se os de regulação das atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação públicas. Também está incluída nesta atividade a seguridade social, que envolve a gestão de fundos de previdência obrigatórios e a concessão de benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio-doença e outros.

AGROPECUÁRIA: a agropecuária é desdobrada em 12 atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. Estas doze atividades são: (i) Cultivo de cereais para grãos; (ii) Cultivo de cana-de-açúcar; (iii) Cultivo de soja; (iv) Cultivo de outros produtos de lavoura temporária, horticultura e produtos de viveiro e serviços relacionados; (v) Cultivo de frutas cítricas; (vi) Cultivo de café; (vii) Cultivo de outros produtos de lavoura permanente; (viii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados; (ix) Criação de bovinos e outros animais; (x) Criação de suínos; (xi) Criação de aves; e (xii) Pesca, aquicultura e serviços relacionados.

CONSTRUÇÃO CIVIL: Esta atividade compreende as obras de edificações e engenharia civil relacionadas com demolições e a preparação do terreno (terraplanagem, drenagem, etc.) e de canteiros de obras; a realização de obras de edificações (residenciais, comerciais, industriais e de serviços) e de engenharia civil; a instalação de equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel; e a realização de obras de acabamento e obras de infraestrutura para engenharia elétrica e de comunicações. A atividade de construção abrange construções novas, grandes reformas, restauração e manutenção de imóveis realizadas, tanto na área urbana quanto na rural. Também cobre a atividade de cessão de operários junto com o aluguel de máquinas e equipamentos de construção.

EXTRAÇÃO MINERAL: Esta atividade compreende e abrange as atividades produtivas dedicadas à extração mineral. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizado principalmente para melhorar a

qualidade do produto e facilitar a sua comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. São consideradas como atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc. Também são incluídas na extração mineral as atividades desenvolvidas por garimpeiros que trabalham por conta própria (produção familiar).

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: Esta atividade compreende as unidades produtivas e abarca as atividades dedicadas à fabricação de bens que implicam transformação física das matérias-primas utilizadas ao longo do processo de produção industrial. Por definição, a atividade das indústrias de transformação corresponde à produção de bens. Os serviços industriais (de acabamento em produtos têxteis, de instalação, manutenção e reparação, etc.) incluídos no âmbito da indústria constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens que exigem equipamentos, técnicas ou habilidade específica característica do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas. Outra especificidade da atividade industrial refere-se ao fato de que pode ser realizada a partir de diversas formas de organização institucional da produção. Há nesta atividade uma forte presença de unidades produtivas de pequena escala, as quais podem ser organizadas em moldes distintos das empresas legalmente constituídas. Do ponto de vista das Contas Nacionais, assim como das Contas Regionais, deve-se considerar como produção industrial toda a atividade de transformação, independentemente da forma como essa produção é organizada: empresa, microempresa ou produção familiar.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA: Esta atividade compreende e abrange as empresas dedicadas à: geração e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, etc.; produção e distribuição de gás através de tubulações; produção e distribuição de vapor e água quente para calefação, energia e usos industriais; captação, tratamento e distribuição de água; e coleta, transporte, triagem e eliminação de resíduos sólidos domésticos, urbanos e industriais.

COMÉRCIO E SERVIÇOS: Estes dois setores econômicos, juntos, estão divididos em: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividade imobiliária e aluguel; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos.

ANEXO II - MICRORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. AGRESTE POTIGUAR

Microrregião do Agreste Potiguar: Pertence À Mesorregião Agreste Potiguar.

Municípios Constituintes (22): Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Jundiá, Lagoa D'anta, Lagoa De Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa E Fica, Passagem, Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo Do Potengí, São Pedro, Senador Elói De Souza, Serra Caiada (Presidente Juscelino), Serrinha, Várzea, Vera Cruz.

Características geográficas

Área 3.488,415 km²

População 223.004 hab. est. 2006

Densidade 63,9 hab./km²

2. ANGICOS

Microrregião de Angicos: Pertence À Mesorregião Central Potiguar.

Municípios Constituintes (8): Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara Do Rio Do Vento, Fernando Pedroza, Jardim De Angicos, Lajes, Pedra Preta, Pedro Avelino.

Características geográficas

Área 4.079,762 km²

População 49.324 hab. est. 2006

Densidade 12,1 hab./km²

3. BAIXA VERDE



Microrregião da Baixa Verde: Pertence À Mesorregião Agreste Potiguar.

Municípios Constituintes (5): Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Poço Branco.

Características geográficas

Área 1.956,742 km²

População 61.451 hab. est. 2006

Densidade 31,4 hab./km²

4. BORBOREMA POTIGUAR



Microrregião Da Borborema Potiguar: Pertence À Mesorregião Agreste Potiguar.

Municípios Constituintes (16): Barcelona, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lagoa De Velhos, Lajes Pintadas, Monte Das Gameleiras, Ruy Barbosa, Santa Cruz, São Bento Do Trairi, São José Do Campestre, São Tomé, Serra De São Bento, Sítio Novo, Tangará.

Características geográficas

Área 3.922,227 km²

População 129.566 hab. est. 2006

Densidade 33,0 hab./km²

5. CHAPADA DO APODI



Microrregião Da Chapada Do Apodi: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (4): Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado.

Características geográficas

Área 4.095,443 km²

População 72.048 hab. est. 2006

Densidade 17,6 hab./km²

6. LITORAL SUL



Microrregião do Litoral Sul: Pertence À Mesorregião Leste Potiguar.

Municípios Constituintes (10): Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau Do Sul, Vila Flor.

Características geográficas:

Área 1.390,325 km²

População 121.981 hab. est. 2006

Densidade 87,7 hab./km²

7. MOSSORÓ



Microrregião de Mossoró: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (6): Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra Do Mel, Tibau.

Características geográficas:

Área 4.198,951 km²

População 296.189 hab. est. 2006

Densidade 70,5 hab./km²

8. PAU DOS FERROS



Microrregião de Pau dos Ferros: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (17): Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José Da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau Dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho Da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco Do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Viçosa.

Características geográficas

Área 2.672,604 km²

População 116.160 hab. est. 2006

Densidade 43,5 hab./km²

9. SERRA DE SANTANA



Microrregião da Serra de Santana: Pertence À Mesorregião Central Potiguar.

Municípios Constituintes (7): Bodó, Cerro Corá, Florânia, Lagoa Nova, Santana Do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz.

Características geográficas

Área	3.019,906 km ²
População	64.213 hab. est. 2006
Densidade	21,3 hab./km ²

10. SERRA DE SÃO MIGUEL



Microrregião da Serra de São Miguel: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (9): Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho De Santana, São Miguel, Venha-Ver.

Características geográficas

Área	971,871 km ²
População	61.370 hab. est. 2006
Densidade	63,1 hab./km ²

11. UMARIZAL



Microrregião de Umarizal: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (11): Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Olho-D'água Do Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha Dos Pintos, Umarizal.

Características geográficas

Área	1.621,102 km ²
População	62.447 hab. est. 2006
Densidade	38,5 hab./km ²

12. LITORAL NORDESTE



Microrregião do Litoral Nordeste: Pertence À Mesorregião Leste Potiguar.

Municípios Constituintes (7): Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, Rio Do Fogo, São Miguel Do Gostoso, Taipu, Touros.

Características geográficas

Área	2.541,942 km ²
População	85.448 hab. est. 2006
Densidade	33,6 hab./km ²

13. MACAÍBA



Microrregião de Macaíba: Pertence À Mesorregião Leste Potiguar.

Municípios Constituintes (5): Ceará-Mirim, Macaíba, Nísia Floresta, São Gonçalo Do Amarante, São José De Mipibu.

Características geográficas:

Área 2.103,409 km²

População 283.561 hab. est. 2006

Densidade 134,8 hab./km²

14. MACAU



Microrregião de Macau: Pertence À Mesorregião Central Potiguar.

Municípios Constituintes (5): Caiçara Do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, São Bento Do Norte.

Características geográficas

Área 1.867,777 km²

População 46.729 hab. est. 2006

Densidade 25,0 hab./km²

15. MÉDIO OESTE



Microrregião do Médio Oeste: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (6): Campo Grande, Janduís, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar, Upanema.

Características geográficas

Área 2.898,325 km²

População 38.972 hab. est. 2006

Densidade 13,4 hab./km²

16. NATAL



Microrregião de Natal: Pertence À Mesorregião Leste Potiguar.

Municípios Constituintes (3): Extremoz, Natal, Parnamirim.

Características geográficas:

Área 416,165 km²

População 982.946 hab. est. 2006

Densidade 2.361,9 hab./km²

17. SERIDÓ OCIDENTAL



Microrregião do Seridó Ocidental: Pertence À Mesorregião Central Potiguar.

Municípios Constituintes (7): Caicó, Ipueira, Jardim De Piranhas, São Fernando, São João Do Sabugi, Serra Negra Do Norte, Timbaúba Dos Batistas.

Características geográficas:

Área	3.065,724 km ²
População	96.094 hab. est. 2006
Densidade	31,3 hab./km ²

18. SERIDÓ ORIENTAL



Microrregião do Seridó Oriental: Pertence À Mesorregião Central Potiguar.

Municípios Constituintes (10): Currais Novos, Parelhas, Jardim Do Seridó, Acari, Cruzeta, Carnaúba Dos Dantas, Equador, Ouro Branco, São José Do Seridó, Santana Do Seridó.

Características geográficas:

Área	3.777,267 km ²
População	118.004 hab. est. 2006
Densidade	31,2 hab./km ²

19. VALE DO AÇU



Microrregião do Vale do Açu: Pertence À Mesorregião Oeste Potiguar.

Municípios Constituintes (9): Assu, Jucurutu, Ipanguaçu, Pendências, Alto Do Rodrigues, Carnaubais, São Rafael, Itajá, Porto Do Manguê.

Características geográficas:

Área	4.708,834 km ²
População	134.253 hab. est. 2006
Densidade	28,5 hab./km ²

ANEXO III – SÍNTESE ECONÔMICA DOS ESTADOS DO NORDESTE

Estado	Maiores renda per capita do Nordeste (valores correntes de 2009)
Alagoas	7ª
Bahia	2ª
Ceará	5ª
Maranhão	8ª
Paraíba	6ª
Pernambuco	3ª
Piauí	9ª
Rio Grande do Norte	4ª
Sergipe	1ª

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Estado	Crescimento acumulado do PIB (2000-2010)
Alagoas	28,25%
Bahia	35,28%
Ceará	35,81%
Maranhão	50%
Paraíba	39,02%
Pernambuco	36,76%
Piauí	28,25%
Rio Grande do Norte	43,71%
Sergipe	35,28%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Estado	Maiores PIB's do Nordeste (valores correntes de 2009)
Alagoas	7ª
Bahia	1ª
Ceará	3ª
Maranhão	4ª
Paraíba	5ª
Pernambuco	2ª
Piauí	9ª
Rio Grande do Norte	6ª
Sergipe	8ª

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE